

avante

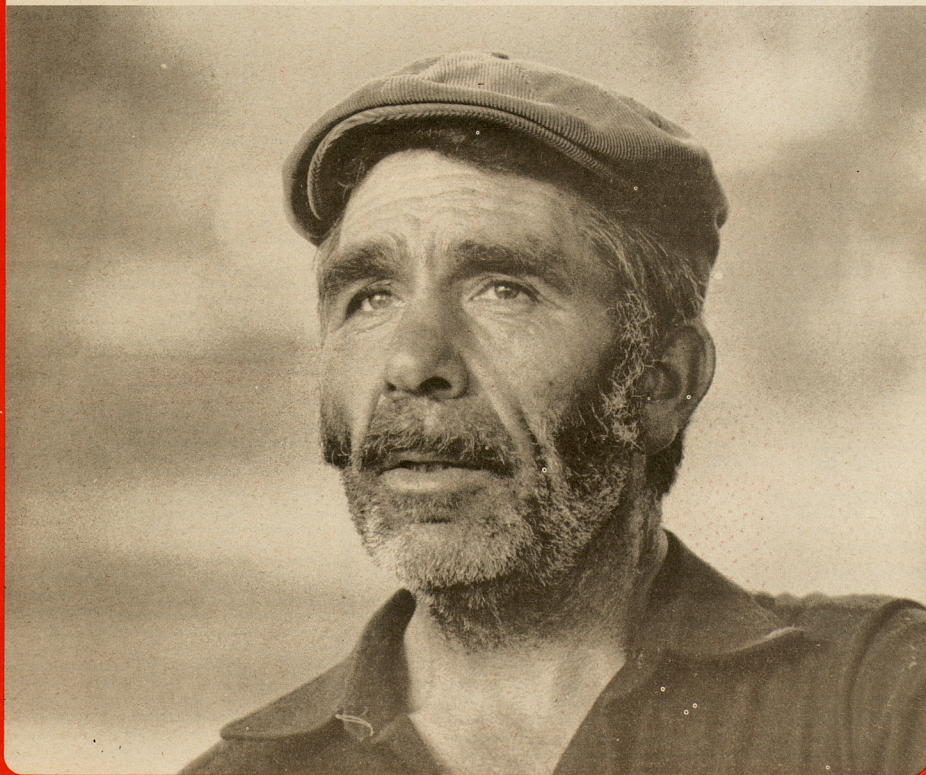
NÚMERO 66 • Semana de 16 a 22 de Junho de 1976

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço 5\$00

CÓDIGO - IN
CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO
51376
Nº
11

ALENTEJO: UMA PORTA PARA O FUTURO





ELECTRICISTAS DO SUL

No Plenário Nacional de Delegados Sindicais do Sector de Material Eléctrico, efectuado em Coimbra, no dia 29 de Maio último, várias propostas foram discutidas e aprovadas.

Transcrevemos, a seguir, alguns desses documentos:

MOÇÃO

O Plenário Nacional de Delegados Sindicais do Sector dos Fabricantes de Material Eléctrico e Electrónica reunido em 29/5/76 na cidade de Coimbra, considerando as respostas da Secretaria de Estado do Trabalho ao Sindicato dos Electricistas do Sul sobre os problemas apresentados pelos trabalhadores do Sector e que satisfazem, no todo, os seus anseios e reivindicações.

Exige do Ministério do Trabalho:

- 1 — que seja concretizada, na prática, uma política laboral que defenda os trabalhadores;
- 2 — que em futura legislação do trabalho a exploração de classe dos trabalhadores sejam ouvidas e tenham papel preponderante na sua futura como forma de concretizar o ponto 1;
- 3 — que sejam revogados, nos aspectos ambíguos que facilitam ao patronato a exploração de situações de impasse contra os interesses dos trabalhadores, o Decreto-Lei 372-A/75 (art.º 31.º) e Decreto-Lei 84/75 (art.º 20.º) como Leis dos Despedimentos e o Decreto-Lei 164-A/76 (n.º 2 do art.º 22.º) como Lei da Contratação Colectiva.

Coimbra, 29/5/76

O Plenário Nacional de Delegados Sindicais do Sector de Fabricantes de Material Eléctrico e Electrónico

(APROVADA POR ACLAMAÇÃO)

MOÇÃO

Os Delegados Sindicais do CCT (Vertical) de Material Eléctrico reunidos em Plenário Nacional em 29/5/76 em Coimbra ao tomarem conhecimento das tentativas de boicote e intimididades das entidades patronais junto do Governo para atrasar as negociações no novo CCT.

— Decidem denunciar publicamente em todos os órgãos de comunicação social, essas mesmas manobras;

2 — Decidem reforçar a sua unidade e estar atentos às manobras reaccionárias do patronato.

Coimbra, 29/5/76

(APROVADA POR ACLAMAÇÃO)

MOÇÃO

Que se reitere a confiança da classe na Comissão Negociadora Nacional no decorrer das negociações com o patronato.

Coimbra, 29/5/76

(APROVADA POR ACLAMAÇÃO)

PROPOSTA

Considerando que o Anteprojecto foi discutido em plenários de fábrica e assembleias regionais de Delegados Sindicais e as alterações apresentadas à Comissão Negociadora Nacional

PROPONHO — Que no final do primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, seja posto à votação para que o Projecto de CCT seja apresentado para negociações às entidades patronais até ao dia 7/6/76.

Coimbra, 29/6/76

(APROVADA POR MAIORIA)

— Que o projecto de CCT (Vertical)

NOTICIÁRIO SINDICAL

seja apresentado para negociações às entidades patronais até ao dia 7/6/76.

Coimbra, 29/5/76

(APROVADO POR ACLAMAÇÃO)

UNIÃO LOCAL SINDICATOS DE S. JOÃO DA MADEIRA

Do Secretariado da União Local dos Sindicatos de S. João da Madeira, recebemos a seguinte moção, a que gostosamente damos publicidade:

MOÇÃO

Delegados e Dirigentes Sindicais, reunidos em plenário no dia 29/5/76 na sede da União Local dos Sindicatos de S. João da Madeira, para análise do pedido de extinção judicial da Intersindical Nacional requerido pelo Ministério do Trabalho e considerando:

1. Que tal atitude, para além de pretender esconder a inépcia e incapacidade do Ministério do Trabalho para a resolução dos problemas dos trabalhadores, é uma manobra divisionista e uma clara ingerência nos assuntos que só aos trabalhadores dizem respeito;
2. Que o ministro e secretário de Estado do Trabalho com esta acção mais não visa do que criar condições favoráveis à liquidação do Movimento Sindical Unitário e completa recuperação capitalista, ocupando, assim, um lugar ao lado das forças nacionais e internacionais exploradoras dos trabalhadores.

DECIDIM:

1. Repudiar energicamente a ingerência do ministro e secretário de Estado do Trabalho na vida Sindical adiantando soluções que só aos trabalhadores compete definir;
2. Lutar pelo reforço da Unidade de todos os trabalhadores, condição indispensável para a construção de uma sociedade onde não existam exploradores e explorados.

S. João da Madeira, 29 de Maio de 1976

SINDICATO DOS PROFESSORES

Publicamos, a seguir, o comunicado que do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa recebemos, com esse pedido:

À POPULAÇÃO

Os professores, através do seu Sindicato, dirigem-se a toda a população, para lhe dizer a verdade sobre o que se passa nas escolas.

Não podemos ter um país novo, sem um ensino novo.

Mas, tudo o que os professores fizeram, pensaram, propuseram para resolver os problemas do ensino caiu até agora em saco roto.

Substituímos os directores e reitores às ordens do antigo regime por comissões de gestão democraticamente eleitas. Hoje, queremos impor-nos de novo, gestores nomeados pelo Governo.

Saneámos os fascistas e pides que semeavam o terror nas escolas. Hoje, queremos integrá-los de novo nas escolas e pagá-los ordenados — em atraso —.

Fizemos novos programas que actualizassem os conhecimentos científicos e dessem aos estudantes uma educação válida. Hoje, queremos impor-nos de novo programas à maneira antiga.

Reivindicamos o direito à greve, conquista de todos os trabalhadores. Hoje queremos impor-nos de novo uma

legislação — especial — que nos põe à mercê de todas as medidas contra os nossos interesses e do ensino.

Fizemos horas extraordinárias para ajudar a preencher vagas de professores que o MEC não colocou. Hoje, não nos pagam essas horas em atraso.

Conquistámos o direito às diuturnidades e às férias. Hoje, querem fazer-nos "escolher" entre umas e outras.

Temos o direito a férias, mas não nos contam o tempo de férias como tempo de serviço.

E como podem viver os nossos colegas aposentados com vencimentos de três contos e menos?

Como podem os professores aceitar sem reagir que se pretenda que os estudantes do ensino secundário, à porta dos exames, aprendam, num mês, o que deviam ter aprendido num ano, porque o Ministério não assegurou a colocação dos professores a tempo e horas?

Não! Nós dizemos não! Não aceitamos que se abuse da boa fé dos pais e encarregados de educação.

Estas medidas são a negação do ensino, a negação da Escola que queremos ajudar a construir de novo. Legislar é avançar, não é paralisar.

Os professores não aceitam ser pausados à lenta asfixia do ensino neste país.

ALERTA!

Que nenhum trabalhador deixe que se calcine as suas reivindicações dos professores. Que os pais e encarregados de educação tomem a defesa dos direitos dos seus filhos, defendendo a justiça da luta dos professores.

SOLIDARIEDADE ÀS TRABALHADORAS, DONA DE CASA, ESTUDANTE.

A NOSSA LUTA É A TUA LUTA!

Lisboa, 4 de Junho de 1976

A DIRECÇÃO DO SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Dos Delegados Sindicais da Companhia Portuguesa de Transportes Marítimos, de Lisboa, recebemos a seguinte moção, aprovada por unanimidade num Plenário de Trabalhadores efectuado em 28-5-76.

MOÇÃO

Os Delegados Sindicais da CTM reunidos com a Comissão de Trabalhadores em plenário no dia 28 de Maio de 1976, interpretando a vontade dos trabalhadores que representam, decidim:

— Denunciar os intuitos divisionistas do Ministério do Trabalho ao pôr em causa a existência legal da Intersindical, Central Sindical dos Trabalhadores Portugueses;

— Repudiar esta e outras formas de ingerência com que aquele Ministério tem procurado boicotar e aniquilar o crescente poder dos trabalhadores e das suas organizações;

— Reafirmar, muito claramente, a sua disposição de, como trabalhadores, continuar a lutar pela Central Sindical Única, como baluarte que é da defesa dos legítimos interesses das classes trabalhadoras;

— Reafirmar a necessidade de realização do congresso democrático de todos os sindicatos para que a CSU possa efectivamente reunir todos os sindicatos e representar a vontade de todos os trabalhadores.

PELO REFORÇO DO MOVIMENTO SINDICAL. PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES. PELA CONSTRUÇÃO DO CONGRESSO DEMOCRÁTICO DE TODOS OS SINDICATOS.

Lisboa, 28 de Maio de 1976.



do Sindicalismo

A defesa dos interesses económicos da classe operária, a defesa das liberdades e da paz, pode conduzir as organizações sindicais a colaborar, em certas circunstâncias, com diversas formações políticas, filosóficas, etc.

O essencial é que, nessa colaboração, as organizações sindicais conservem inteiramente a sua independência orgânica e o seu poder de decisão, a sua liberdade de determinação e de acção.

Com efeito, a independência da Intersindical Nacional em relação aos governos e aos partidos políticos não pode, de forma alguma, significar, por outro lado, uma absoluta neutralidade sobre os problemas que interessam ao povo português, o que, a verificar-se, só poderia trazer vantagens ao patronato, aos capitalistas e aos seus políticos.

Se o movimento sindical tem por missão principal defender com toda a sua força os interesses dos trabalhadores, em todos os momentos e circunstâncias, ele deve, principalmente, tentar obter sempre a satisfação das reivindicações mais imediatas, mais urgentes, desses trabalhadores. Mas tem, igualmente, também, o dever de intervir-se sobre as questões do futuro desses mesmos trabalhadores.

É o que faz a Intersindical Nacional quando, através de encontros, de comunicados e de outros meios de comunicação, denuncia os malefícios do poder dos monopólios, as injustiças patronais e governamentais e preconiza meios de acção de maneira a poderem ser eliminados esses males, esses monopólios, reforçar os meios de controlo operário, a todos os níveis de vida e do trabalho nacionais e instaurar, no nosso país, um regime que venha a ter os meios eficazes para garantir uma política de progresso social inteiramente nova, uma larga e eficaz gestão democrática, com a participação activa e constante dos trabalhadores, a caminho de uma sociedade onde não mais possam existir explorados e exploradores, de uma sociedade inteiramente nova, na qual todos os trabalhadores se possam, efectivamente, realizar, sem peias económicas a destruir as suas justas iniciativas, enfim, uma sociedade socialista.

São estas algumas das razões porque a Intersindical Nacional decidiu antecipar, em cerca de dois anos, a data para a

efectivação do seu 2.º Congresso, que, como estava estatuído, só deveria ter lugar em 1978. Porque a verdade é que a nova realidade da situação política/social do nosso país impõe uma urgente actualização, no alargamento e no reforço da unidade, das massas trabalhadoras e sindicalizadas de Portugal.

Com a força da unidade e da decisão das classes trabalhadoras, grandes conquistas revolucionárias têm sido obtidas. Nunca é demais lembrar que só a força unida e decidida dos trabalhadores do campo, entre si, e com a solidariedade activa das outras forças produtoras do país, operários e empregados, proletários e administrativos, através das suas organizações sindicais e outras, é que se tem investido, prosseguido, contra as grossas dificuldades que os grandes agrários e seus parceiros introduzidos nos diversos sectores da administração estatal têm oposto ao avanço e à grata concretização da Reforma Agrária. E que tem sido apenas em unidade de classe, com seus organismos sindicais e outros à frente da luta, que os trabalhadores têm podido manter as conquistas revolucionárias já alcançadas, como as nacionalizações, o controlo operário, e levarem para a frente novas conquistas revolucionárias que sirvam os reais interesses dos que trabalham, abrindo caminho certo e seguro para a fraterna sociedade socialista, na qual não mais haja a possibilidade de um homem ser o explorador de outro homem.

A medida que os problemas de trabalho e outros vão surgindo e se vão aprofundando, frutos da resistência patronal e estatal ao natural desenvolvimento da sociedade actual em futura sociedade sem explorados nem exploradores, torna-se mais que nunca necessário e urgente que seja esforçada a união dos trabalhadores nos seus sindicatos, que ela se afirme dia-a-dia mais consciente, que a unidade dos trabalhadores seja uma incontestável realidade e possa traduzir-se numa força colossal, decidida a defender, com consciente vontade, com esclarecida coragem, os sagrados direitos dos trabalhadores, nesta sociedade capitalista em que, para os potentados e capitalistas e monopólios, só o lucro conta.

É necessário que a classe trabalhadora se sinta irmanada num mesmo anseio de justiça. E que, vigilante, não permita que o patronato possa utilizar os menos esclarecidos dos trabalhadores para os utilizarem como cunhas divisionistas no seio das massas trabalhadoras.





NA MORTE DE DOIS CAMARADAS

O assassinio de dois trabalhadores da Carris quando, ao princípio de uma destas madrugadas, exerciam a sua profissão, causou uma onda de emoção e de repulsa em todo o País e, de um modo particular, como se compreende, em todos os trabalhadores portugueses. Pois eles sentem de um modo especialmente vivo que, se a vida dos homens é, de um modo geral, o património mais importante, a vida de dois homens que estão a ganhar duramente o seu pão é ainda mais preciosa, mais respeitável, mais sagrada.

Entende-se, pois, a indignação. Mas não a indignação cega, que é má conselheira. Não, por exemplo, a indignação que levou ao linchamento de um inocente, no próprio dia do funeral dos trabalhadores assassinados, a pretexto de que os assassinos seriam caboverdianos marginais. Essa indignação que leva ao racismo, é a mesma que Hitler utilizou na Alemanha dos anos 30 para fazer passar a «mística» nazi. É a mesma que a Direita utiliza em certas regiões do País para, aproveitando a desinformação secular dos portugueses, lançar trabalhadores enganados contra trabalhadores progressistas. Esse tipo de indignação, temos todos de a recusar. Porque é justo e é positivo que a classe trabalhadora se indigne. Mas sem nunca perder a lucidez. Sem nunca se deixar ludibriar.

Foram assassinados dois trabalhadores que estavam ganhando o seu pão, e isso é extremamente grave. Perguntemo-nos, por isso, como é que uma coisa destas foi possível. E mais: perguntemo-nos também a quem é que o crime aproveitou, mais ainda que aos homens de cabeça perdida e de facto desumanizados que aceitaram matar por escassas centenas de escudos. Perguntemo-nos: a resposta está à vista: aos que apregoam que depois da queda do fascismo tudo vai de mal a pior, aos que insinuam que só o regresso da «ordem e da tranquilidade» fascistas devolverá a «segurança» a este País. A esses é que o crime aproveitou.

Mas perguntemo-nos ainda mais: como é que este crime foi possível? Ou, de um modo mais amplo: como é que são possíveis todos os crimes, mais ou menos repugnantes, que constituem o surto de delinquência que é hoje maré-alta do Norte ao Sul. Não há muitos meses, havia forças militarizadas que velavam para que não

acontecessem coisas destas. E que eram eficientes: a prova é que, de facto, tais coisas raramente aconteciam. E agora, o que é feito delas? Onde foi parar a sua eficácia? Sabemos que não foram suprimidas: vemo-las intervir quando é preciso ser eficaz na repressão de trabalhadores, no Porto, em Lisboa, no Alentejo, um pouco por toda a parte. Mas não estavam na Cruz Quebrada a garantir a segurança dos nossos camaradas que ali foram assassinados. Como não estão nos lugares em que a Direita terrorista põe bombas e espanca militantes progressistas. Como não se mostra eficaz na procura de quem assassinou membros do Corpo Diplomático cubano.

Dir-se-ia que tais forças estão mobilizadas no sentido errado: menos para defender os trabalhadores que para se lhes opôr. E, contudo, a defesa dos trabalhadores e dos seus interesses, para lá de lhes competir por serem matéria da segurança que lhes cumpre assegurar, é regra inscrita na Constituição da República. E mais: ao velarem eficazmente pela tranquilidade pública contra assassinos e terroristas é que tais forças grangearão, sem a menor dúvida, o respeito e a efectiva solidariedade de todos os portugueses e, de uma forma particular, dos portugueses que produzem todas as riquezas deste País: a classe trabalhadora.

Daqui se desprende um sentido justo para a irreprimível indignação que nos toma na morte destes dois camaradas. Indignação contra o estado de coisas que permite o tranquilo florescimento desses dois irmãos gémeos que são a delinquência e o terrorismo. Indignação contra os que impedem as forças de segurança de, através do efectivo e eficaz cumprimento da sua missão, atingirem o clima de perfeito entendimento e até de fraternidade com o conjunto da população, com relevo para as classes trabalhadoras. Indignação contra os que as desviam de tais funções para as lacarem no plano inclinado da repressão. Indignação contra os que, colhendo os dividendos políticos da onda de delinquência, ainda manipulam o povo que é a sua vítima para os empurrarem para reflexos racistas.

Indignação, enfim, contra os que permitem, primeiro, e beneficiam, depois, da morte de dois homens que trabalhavam numa destas últimas madrugadas.



PATRÕES PASSAM À AGRESSÃO

Daqui e dali, chegam notícias de que os patrões, na ânsia de recuperarem privilégios antigos, passam à acção física e agredem, pura e simplesmente, os trabalhadores. O facto parece-nos sintomático e, o que é bem pior, alarmante. Damos aqui nota de três factos recentemente ocorridos, mas ficamos longe de esgotar o infeliz tema.

O CASO DO RESTAURANTE AHAMAD

O Restaurante Ahamad foi cenário de mais uma violação dos direitos dos trabalhadores, que não ficou só por aí, pois também a integridade física dos mesmos foi frontalmente desrespeitada.

Com efeito, no passado dia 1 do corrente, pelas 21 horas o trabalhador Manuel Dias, dirigiu-se ao patrão, para que este lhe efectuasse o pagamento do ordenado do mês de Maio, sendo acompanhado pelo Delegado Sindical António Soares. A resposta da entidade patronal foi clara: — **Papo quando muito bem entender!** Mas não ficou satisfeito o sr. Madattali Ahamad. Por volta das 22 horas, encerrou o estabelecimento e com a ajuda de familiares — Noordin Ahamad, Saidali Ahamad e Jaheeral Ahamad, proprietários de casas de mobiliário e da cervejaria Kilbom, por ele chamados, agrediram os dois trabalhadores — o Manuel Dias com 60 anos —.

Com a presença da PSP, os trabalhadores foram conduzidos ao Banco do Hospital de S. José, tendo o mais velho ficado hospitalizado.

Salientemos, que nesta casa as irregularidades são muitas:

— não cumprimento do CCT;

— desrespeito total quanto à admissão de novos empregados;

— atraso sistemático no pagamento dos salários;

— vencimentos inferiores ao CCT na ordem dos 2000\$00.

Tudo isto tendente a gerar mau ambiente, para que os trabalhadores em causa se despedissem e então ter a entidade patronal caminho aberto, para em condições de plena exploração, admitir quem por necessidade, ou ignorância lhe desse livre trânsito para as suas arbitrariedades.

MARTINHO & SALVADOR: OS TRABALHADORES VENCEM A SABOTAGEM PATRONAL

O aumento da exploração dos trabalhadores e a intenção deliberada de os lançar para o desemprego, e para a fome, continua a ser a actuação aberta

e descarada do patronato reaccionário, tentando com toda esta «chantagem» e «sabotagem» dividir os trabalhadores e criar condições para os esmagar.

Exemplo claro a actuação do reaccionário Martinho de Sousa e Silva, o patrão da firma Martinho & Salvador, de Vila Nova de Gaia, que em 4 do corrente tentou retirar do património da empresa 4 máquinas, a pretexto de «reparações» numa delas...

A intervenção de populares da localidade, bem como de trabalhadores que residem perto da fábrica, impediu que o patrão Martinho concretizasse os seus objectivos — quando as máquinas estavam já em cima de um camião...

Quando se viu descoberto, o Martinho reagiu como um vulgar marginal, procurando agredir um trabalhador com uma faca de mato, arremessando com todos os objectos que tinha ao seu alcance, estilhando os vidros do escritório. Foi solicitada a comparência da PSP, que procedeu à detenção do malandrim — não sem que este confessasse primeiro que já desviava algum material, bem como uma máquina de escrever, películas, calculadora, etc. cujo paradeiro indicou. Na gaveta da sua secretária foi ainda encontrada uma pistola. Entretanto libertado, o Martinho aguarda julgamento. Ou seja, continua com as mãos livres para fazer a vida negra aos trabalhadores, aos que explorou durante anos e anos e que foram os que lhe deram a ganhar os proventos que agora pretendia desviar da empresa. E para não falarmos do que já é habitual em casos como este: dividas aos trabalhadores da ordem dos 700 contos, referentes a retroactivos salariais, subsidio de férias de 1975 e subsidio de Natal também de 1975...

A situação em que os trabalhadores ficam não é fácil. Os muitos obstáculos que terão de enfrentar. Só a força que advém da unidade poderá vencer. A começar pela máquina da burocracia estatal, que cada vez demonstra mais, na prática, o seu desinteresse e incapacidade para resolver os problemas dos trabalhadores. E não resolvendo os problemas dos trabalhadores, automaticamente vai fazendo o jogo do patronato.

Porém, milhares e milhares de trabalhadores defrontaram já os mesmos problemas e venceram-nos. Por isso, os

trabalhadores da Martinho & Salvador estão confiantes. A empresa há-de continuar a laborar, voltará a ser próspera, os seus postos de trabalho manter-se-ão.

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores de Lanifícios do Distrito de Castelo Branco enviou-nos o seguinte texto:

O «PATRÃO» FAZENDEIRO ARRUACEIRO E MALCRIADO

O patrão histórico «Fazendeiro», reaccionário, malcriado, arruaceiro, com pretensões a «boxeur», tentou agredir na sua fábrica dois dirigentes sindicais, quando estes em missão sindical tentavam resolver um litígio surgido na firma, sobre a 2.ª feira de Páscoa.

O Patrão Fazendeiro (será que os dirigentes sindicais são papões?) após a tentativa de agressão aos dirigentes, fez mais: afiou a sua língua viperina e injuriou malcriadamente, afrontosamente o trabalhador Alves, empurrando-o, ameaçando-o, enfim, pondo a nu a sua má formação moral de homem, que além de homem é «patrão».

Camaradas, trata-se de um caso típico de histeria patronal, que vê Sindicato até em sonhos, mas a que nós temos que dar a devida correcção.

Fazendeiros e patrões há muitos por aí, camaradas. Uns meigos outros contundentes, mas todos «patrões», portanto, inimigos da nossa classe.

Este caso de tentativa de agressão a dirigentes sindicais, de injúrias a trabalhadores, está nos planos da reacção e é preciso precavermos-nos contra eles.

Não poderemos permitir que qualquer Fazendeiro e ainda por cima «patrão», possa voltar a repetir tal atitude.

É imperioso dar-lhe um correctivo, porque os direitos dos trabalhadores não podem ser afrontados.

O fazendeiro «patrão» vai sentar-se no «mocho» por agora. Mas, camaradas, só isso não será suficiente. É necessário manifestarmos a nossa repulsa por tais actos.

É que o caso já não é isolado nesta firma. O outro patrão, «o Ramiro» é igual e já foi admoestado pelo Sindicato.

Contra a reacção, camaradas, unamo-nos, porque «Fazendeiros» há muitos.

UNIDOS E ORGANIZADOS, VENCEREMOS!

AINDA O CASO DA FIRMA TOMÁS DE OLIVEIRA

COMUNICADO

A ofensiva orquestrada, do grande capital contra o Movimento Sindical Unitário, mostrou mais uma vez a face. Depois da situação dramática dos Trabalhadores da Firma Tomás de Oliveira: Sujeitos a ficar no desemprego. A Comissão de Trabalhadores estar suspensa à três meses sem receber salário. Hoje, 3 de Junho de 1976, houveram acontecimentos em Sines que provam o que pretendem os que ainda não se convenceram que os Trabalhadores adquiriram capacidade de resposta a ataques reaccionários e provocatórios.

- 1 - Às onze horas da manhã, o Complexo Industrial de Sines foi surpreendido pela chegada duma força da GNR às instalações da firma Tomás de Oliveira.
- 2 - Alertados os representantes da União Sindical de Sines e do Sindicato da Construção Civil, deslocaram-se ao estaleiro da firma Tomás de Oliveira a fim de se inteirarem do que estava a acontecer.
- 3 - Logo Comissões de Trabalhadores e Delegados Sindicais entraram em contacto com a US de Sines e a Del. de Sines da Const. Civ. para saberem o que se passava e prestar a sua ajuda.
- 4 - Contactado o sarg. Romão do 2.º Esq. do Reg. de Cavalaria foi-lhe perguntado o porquê do aparato de forças militarizadas no estaleiro da firma Tomás de Oliveira.
 - a) Foi respondido por aquele agente da autoridade que recebiam ordens do Reg. de Cavalaria da GNR. A sua missão era escutar o dinheiro para os pagamentos, segundo lhes foi dito nos escritórios da firma Tomás de Oliveira em Lisboa.

O QUE PRETENDIAM

Segundo acta de 4 de Junho de 1975 o sr. Mesquita, chefe da contabilidade da firma, ficou proibido de entrar nos estaleiros da Tomás de Oliveira, senhor em Sines.

Considerando que este sr. após um ano de ausência por imposição dos trabalhadores aparece pela primeira vez em Sines, escutado por 10 agentes da GNR em dois lances. Isto, 24 horas depois de representantes sindicais do distrito terem feito uma conferência de imprensa na Intersindical, a divulgar aos trabalhadores do país a luta justa dos trabalhadores da Tomás de Oliveira, em Sines.

Verifica-se que pretendiam criar uma situação de choque entre trabalhadores da Tomás de Oliveira e do Complexo, contra os representantes do «Todo Poderoso» Tomás de Oliveira e as forças militarizadas.

ESTÚPIDOS NÃO

Aos trabalhadores deste país foi-lhes vedado o acesso ao ensino pela ditadura fascista, mas estúpidos não são!

Não embarcámos na provocação. Sálmos vencedores de mais esta prova, de descaramento provocatório e reaccionário.

POSIÇÃO

Avisamos todos os responsáveis deste país que os trabalhadores do Complexo Industrial de Sines, já deram provas do seu alto civismo, e não admitem mais provocações.

A PACIÊNCIA TEM OS SEUS LIMITES.

QUE O CASO DA TOMÁS DE OLIVEIRA SEJA RESOLVIDO! QUE SEJA FEITA JUSTIÇA AOS TRABALHADORES!

NÃO AOS DESPEDIMENTOS!
PELO DIREITO AO TRABALHO!
PELA JUSTIÇA!
A RAZÃO E DOS TRABALHADORES - VENCEREMOS!

UNIÃO SINDICAL DE SINES SINDICATO DA CONSTRUÇÃO CIVIL
(DELEGAÇÃO DE SINES)



FERROVIÁRIOS: VITÓRIA DA UNIDADE

Por o Ministério dos Transportes ter, cedido às reivindicações dos trabalhadores, o plenário que se

realizou no passado sábado no Coliseu dos Recreios acabou mais cedo.

A hipótese de greve foi, deste

modo, posta de parte, uma vez que os trabalhadores ferroviários aprovaram a proposta que havia sido entregue horas antes pelo referido ministério aos dirigentes sindicais.

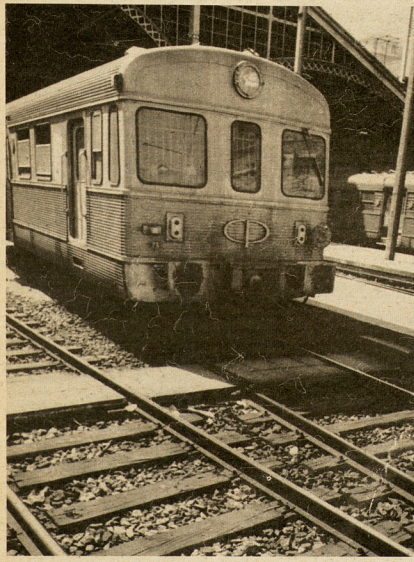
Foi aceite, na referida proposta de Acordo Colectivo de Trabalho, a tabela salarial reivindicada pelos trabalhadores, com excepção dos escalões 40 (que foi proposto um aumento de 900 escudos) e 41 e 42 (de 700 escudos); as diuturnidades (que tinham sido propostas pelos trabalhadores), e os retroactivos para as tabelas salariais. No que diz respeito ainda às diuturnidades, elas são consideradas a partir do dia 1 de Janeiro, e as cláusulas restantes a partir de 1 de Junho.

As direcções sindicais, ao tomarem conhecimento desta proposta, concluíram que esta seria uma boa base para negociações. No entanto, como os trabalhadores se encontravam reunidos em plenário, acharam por bem que estes tomassem uma posição face à proposta. Quando lhes foi lida a citada proposta, os trabalhadores ferroviários entusiasmados gritaram a plenos pulmões "Vitória, Vitória, Vitória..."

Houve ainda outras intervenções anteriores à leitura da proposta do ministro.

A primeira feita pela Comissão de Reformados, que denunciou uma vez mais "a situação injusta em que a maioria dos reformados e pensionistas se encontram"; a segunda, onde foi feita uma análise da situação política actual, e uma terceira sobre gestão de empresa.

Como conclusão, queremos dizer que neste caso, como aliás tem acontecido em tantos outros, a grande unidade de todos os trabalhadores ferroviários, foi um factor muito importante, que lhes permitiu alcançarem uma vitória na sua justa luta por melhores condições de vida.



TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE V. REAL AVANÇAM NA FORMAÇÃO DO SEU SINDICATO

Depois dos trabalhadores agrícolas do Distrito do Porto, os primeiros a arrancarem no Norte com um sindicato rural, depois dos trabalhadores agrícolas do Distrito de Braga que aguardam a publicação dos seus estatutos sindicais no «Diário da República», são agora os trabalhadores agrícolas do Distrito de Vila Real a darem um passo decisivo para a criação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Vila Real.

Assim, culminando um trabalho de mobilização e consciencialização que tem já um ano, reuniu-se no passado dia 6, na Régua, a comissão directiva que, com outros trabalhadores de vários concelhos do Distrito de Vila Real e com a presença do responsável sindical do sector agrícola da União dos Sindicatos do Porto/Intersindical, resolveu:

1. Realizar no próximo dia 4 de Julho a votação para a constituição do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Vila Real.

2. Estabelecer a sede do Sindicato na Régua (provisoriamente no SADA: Rua João de Lemos, 180), e uma delegação em Vila Real (Rua Morgado Mateus, bloco b — loja 14).

3. Promover uma larga campanha de mobilização para que a assembleia de voto do dia 4 de Julho tenha uma presença de massa dos trabalhadores agrícolas do distrito de Vila Real.

4. Apoiar financeiramente todo esse trabalho através do fundo de solidariedade que a União dos Sindicatos do Porto dispõe (fundo resultante da contribuição de diversos sindicatos, como os Bancários e Metalúrgicos do Porto).

O CASO TIMEX EM LIVRO

Comunicado do
SINDICATO DAS INDÚSTRIAS
DE OURIVESARIA, RELOJOARIA
E CORRELATIVOS DO SUL

1 — Muito proximamente dentro de duas semanas) será publicado e posto à venda o livro «O CASO TIMEX», obra de cerca de trezentas páginas, editada por este Sindicato e de autoria colectiva, que contou com a participação de membros da comissão de trabalhadores, delegados sindicais e inúmeros outros trabalhadores da Timex, bem como de técnicos que desde o princípio acompanharam a luta comum.

2 — O livro procura responder à questão se «o caso Timex» é resultado da crise do sistema capitalista a nível internacional, ou consequência directa do processo político português.

3 — Nele se analisa, com objectividade e exaustão todo o processo de luta dos trabalhadores da Timex, antes e depois do 25 de Abril de 1974, as causas que a motivaram, a posição governamental que ao longo de todo o decurso de tempo foi assumida, o seu significado, a crise da indústria relojoeira a nível internacional, os reflexos que dessa crise resultaram, as propostas de acordo que foram avançadas para «resolução» do conflito, etc., etc.

4 — Particularmente significativo e importante é o facto do livro abrir perspectivas da análise da política sindical não só na estreita perspectiva nacional mas em conexão com a realidade internacional.

5 — O facto da Timex ser uma «multinacional» favoreceu o desenvolvimento da análise deste tipo de empresas não só com vista à compreensão do «processo» de actuação, mas fundamentalmente com o objectivo de encontrar uma resposta adequada para salvaguarda da independência nacional.

6 — O Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojaria e Correlativos do Sul orgulha-se de publicar esta obra, que é indelmente um contributo importante para a dignificação do sindicalismo em Portugal.

7 — A distribuição do livro é assegurada por uma editora de vulto, que garantirá a cobertura da venda por todo o país.

8 — Todavia, o Sindicato assegurará também a venda directa, pelo que, quaisquer pedidos devem ser dirigidos ao Sindicato — Travessa da Portuguesa n.º 15-1 - LISBOA - Tel. 36 95 22.

9 — Todos os eventuais lucros da publicação passarão para um fundo de apoio aos trabalhadores que este sindicato representa que se encontrem na situação de desemprego e que não tenham possibilidades de suportar os encargos das despesas inerentes de forma a dar seguimento aos respectivos processos para solução em tribunal de trabalho.

10 — Por tudo o que antecede não duvidamos que o livro concitará o mais vivo apoio, expresso não só na aquisição mas ainda por todos os meios possíveis de divulgação, análise e crítica.

11 — O livro «O CASO TIMEX» é uma parcela da luta dos trabalhadores desta multinacional contra o desemprego, a fome, a miséria e a exploração. NÃO DUVIDAMOS QUE ELE TERÁ O APOIO QUE É JUSTO DAR-LHE!

Lisboa, 8 de Junho de 1976

PEL'A DIRECÇÃO

TRABALHADORES DA E.C.A. EM LUTA

Mil e quinhentos trabalhadores das unidades colectivas de produção e da Empresa de Concentrados de Alvalade-Sado reunidos em plenário, discutiram os seguintes considerandos:

1 — A existência de um Despacho Ministerial, "cozinhado" nas costas dos trabalhadores, que pretende não só demitir o Delegado do Governo da confiança dos trabalhadores, da Comissão Administrativa da E.C.A., como também suspender a Comissão de Trabalhadores e reintegrar os elementos saneados.

2 — A importância que a E.C.A. tem no desenvolvimento e consolidação do Processo da Reforma Agrária e o apoio efectivo que vem prestando às unidades colectivas de produção, pequenos Agricultores e Seareiros, e à população em geral.

3 — O plenário efectuado pelos trabalhadores da E.C.A. em 24 de Maio p.p., e a sua deslocação nesse mesmo dia ao Ministério da Agricultura, a fim de se interirem das intenções dos organismos oficiais quanto à E.C.A.

4 — A apatia e o desinteresse com que as entidades oficiais receberam os trabalhadores e a falta de uma resposta que desse algumas garantias às suas preocupações.

FACE A ESTA SITUAÇÃO OS TRABALHADORES DECIDIRAM:

a) Repudiar energeticamente a interferência dos organismos oficiais nos órgãos livremente eleitos pelos trabalhadores, expressa na tentativa de suspensão movida à Comissão de Trabalhadores da E.C.A.

b) Repudiar a tentativa de reintegração dos elementos saneados da E.C.A., altamente

identificados com as manobras de desestabilização da Empresa, e responsáveis pelas divisões cavadas no seio dos trabalhadores.

c) Realizar o seu apoio incondicional ao Delegado do Governo visado pelo Despacho.

d) Responsabilizar as entidades oficiais pelas consequências de tais medidas, nomeadamente na desestabilização da Empresa, na própria Campanha de Tomate e no processo de Reforma Agrária.

e) Dar conhecimento das decisões do plenário às entidades oficiais competentes e a publicidade que se entender necessária.

f) Lamentar que, apesar dos telegramas de convite enviados aos ministros da Agricultura e do Trabalho e ao Conselho da Revolução, nenhuma destas entidades se tenha sequer feito representar junto dos trabalhadores.



QUE BANCA PARA AMANHÃ?

De um grupo de trabalhadores bancários recebemos um trabalho intitulado «Uma Proposta para a Reestruturação da Banca» que muito gostaríamos de poder publicar na íntegra, dado o interesse de que inequivocamente se reveste. Trata-se, porém, de um documento muito extenso, cuja dimensão é incompatível com o espaço disponível nas páginas do «Avançar».

Assim, limitamo-nos a reproduzir alguns passos que não permitem, de modo nenhum, uma visão de conjunto do trabalho, mas que julgamos terem interesse por si só, quer por esclarecerem a situação actual da Banca portuguesa num aspecto fundamental, quer por darem ensejo a reflexões úteis sobre o que poderia ser a Banca do Povo, no futuro.

DA «INTRODUÇÃO»

1. A discussão à volta do problema da «Reestruturação da Banca» tem-se limitado a uma análise de quais os pequenos bancos que deverão ser integrados noutros de maior dimensão, da definição das instituições integradoras e dos bancos especializados que conviria criar. Assim, surgiram já várias propostas contendo todas as elementos muito úteis para uma apreciação do problema das fusões e das especializações indicando-se funções para cada uma das novas instituições e sugerindo-se os bancos cuja actividade deve continuar, agora e com o especializados ou polyvalentes.

Não tem merecido, porém, ultimamente grande atenção por parte dos técnicos bancários que se têm debruçado sobre este problema, a definição concreta do método a seguir para que a reestruturação avance. E está fora de dúvida que tal transformação demorará vários anos, pelo que terá de haver uma entidade promotora e orientadora dos passos a dar, das tarefas a realizar e das prioridades a definir. Em nossa opinião essa entidade deverá não só ser responsável pela elaboração das várias propostas necessárias para a completa transformação do sistema bancário como também pela sua concretização. Daí que, só um órgão directamente dependente do Ministério das Finanças e onde tenham assento representantes dos trabalhadores do sector, em trabalho permanente, dotado portanto com os meios necessários e com suficiente poder de controlo, poderá levar a cabo tal tarefa, extinguindo-se logo que o modelo bancário que se propõe a médio prazo, seja alcançado.

2. Também pouco se tem falado, a propósito da Reestruturação da Banca, na intervenção dos bancários em todo o processo, limitando-se quase sempre a discussão aos problemas humanos resultantes das fusões. É verdade que, para se conseguir tal reestruturação se torna necessário entre outras coisas reduzir o número de bancários e que com esta redução é natural que surjam questões que afectarão principalmente os quadros superiores. No entanto a opção que se põe é entre o regresso ao sistema anterior ao 25 de Abril, como toda a gama de exploração que os capitalistas impunham à maioria dos trabalhadores, (tenha-se presente a luta desenvolvida ao longo dos últimos anos pela classe bancária) ou o avanço para um sistema que embora implique sacrifícios para alguns, é por certo mais justo para a maioria dos empregados bancários e para o futuro da sociedade portuguesa. Esse avanço implica fatalmente, dada a posição da banca no sistema económico-financeiro, a reestruturação da mesma.

A classe já se pronunciou pela reestruturação do sistema bancário e sabe também que, por questões de rentabilidade, os próprios

capitalistas, se regressassem, certamente estariam interessados na integração dos pequenos bancos noutros maiores, como fizeram no passado. Assiste, contudo, aos trabalhadores bancários, o direito de controlarem as fusões dos bancos, de modo particular em todos os problemas humanos delas decorrentes. Contudo, ao longo das diversas fases da reestruturação do sistema, dificuldades vão surgir que exigirão alguns sacrifícios, mas que a classe, se estiver unida e consciente dos benefícios da reestruturação para todo o povo português, saberá vencer, nunca perdendo de vista a defesa dos seus legítimos direitos. Perante esta realidade não podemos

não poderão ser diminuídos;

— necessidade de recriagem para que os bancários possam facilmente prestar novos serviços dentro ou fora da banca.

A mobilização da classe bancária para todas estas tarefas, que inclui a estreita colaboração com os trabalhadores doutros sectores cabe a cada um dos bancários em particular mas muito especialmente às estruturas sindicais: o às comissões de trabalhadores em

portuguesa vai levar algum tempo para ser posto em prática até porque para a sua elaboração e concretização é indispensável a colaboração de todo o povo português.

Na fase de transição que se atravessa é indispensável, contudo, que a Banca possa corresponder às exigências resultantes das alterações surgidas no campo económico após o 14 de Março de 1975 e nomeadamente:

POUCO SE TEM FALADO, A PROPÓSITO DA REESTRUTURAÇÃO DA BANCA, NA INTERVENÇÃO DOS BANCÁRIOS EM TODO O PROCESSO

trabalho conjunto. Aliás, o comunicado n.º 176 do Secretariado Provisório das Comissões de

nacionalização de importante parcela da actividade económica, criação de cooperativas e herdades



deixar de manifestar a nossa preocupação quanto aos seguintes pontos a ajustar em futuro contrato colectivo de trabalho:

— da reestruturação não poderão resultar despedimentos nem baixas de classes;

— os trabalhadores bancários lutarão contra o subemprego no seu

Trabalhadores Bancários, mostra bem que este órgão está consciente das suas responsabilidades neste campo.

DO CAPÍTULO «A SITUAÇÃO ACTUAL»

É importante salientar que é a linha

CONTAMOS COM UMA ESTRUTURA BANCÁRIA TODA VOLTADA PARA A DEFESA DO CAPITALISMO

sector;

— manutenção de perspectivas para a carreira profissional alterando-se o conceito de mapa de densidades e criando-se diferentes incentivos;

— aquando de transferências de um para outro banco os vencimentos

política seguida por cada país que determina a alteração do sistema bancário, pois este, só por si, não pode impor mas apenas acompanhar a evolução da marcha geral da sociedade em que está integrado.

O planeamento da economia

colectivas e urgência de aperfeiçoamento de esquemas de apoio aos pequenos e médios agricultores, dificuldades estruturais e conjunturais das PME, necessidade de incentivar a compra de habitação própria, de disciplinar o Comércio Externo, etc.

Para fazer face a este panorama, contamos com uma estrutura bancária toda voltada para a defesa do capitalismo, que continua a utilizar como meio de sobrevivência a concorrência mais desenfreada na captação das poupanças mesmo junto dos emigrantes. Por outro lado da actual política de crédito o menos que se pode dizer é que não tem primado pela coexistência relativamente à sociedade que se pretende construir. Daí que os meios ao serviço da Banca, quer humanos quer materiais, se encontrem deficientemente aproveitados, com os inevitáveis custos.

Por outro lado, no que respeita às empresas ligadas aos bancos com participação directa ou indirecta destes no seu capital social, assiste-se a um reforço dos serviços

de participações financeiras tendentes a manter os respectivos «grupos» ligados aos bancos que lhes servem de apoio. Em contrapartida tem estado paralisado o instituto de Participações do Estado que deveria passar a acompanhar tais empresas. Mantém-se assim toda uma estrutura monopolista que absorve uma grande parte do crédito bancário, o mobiliza, afecta a solvabilidade dos bancos, e os força a ocuparem-se com a gestão de empresas de actividades variadas, afastando-os das suas tarefas fundamentais. Continuam a manter-se os mesmos erros que foram objecto de crítica à anterior actuação da banca e na prática constata-se que os mesmos «grupos» estão ainda a algum tempo sob a influência dos antigos banqueiros. É portanto imperioso que se proceda à desagregação dos referidos grupos aglutinando as empresas por ramos de actividade e gerindo-se sectorialmente. Só assim algumas dessas empresas com défices de exploração sistemáticos, se poderão reconverter, tornando-se verdadeiramente produtivas, o que finalmente contribuirá para o aumento do investimento e consequente criação de postos de trabalho.

Finalmente só a especialização bancária de um modo particular nalguns sectores chave da economia nacional — habitação e agricultura, por exemplo — e também do comércio com o exterior poderá ser a resposta, que se impõe para a reconstrução da economia, já que a banca terá de ser no futuro um instrumento valioso da planificação económica.

A reestruturação, para além do que já foi focado implica ainda a completa cobertura do território nacional com agências, pelo menos nas sedes de concelho, a descentralização do poder de decisão e consequente articulação aos órgãos regionais do planeamento, que nada tem a ver com a criação de uma multiplicidade de bancos regionais. Os trabalhos já elaborados no sentido de racionalizar a estrutura bancária são suficientes para permitir a tomada de medidas urgentes e que são referidas no completo e extenso relatório da Comissão de Expansão Geográfica da Banca, que deu por terminada a primeira fase dos seus trabalhos.

A reestruturação exige ainda por um lado a coordenação dos vários bancos e obrigatoriamente a eliminação de tarefas similares executadas em diferentes instituições, à racionalização dos meios existentes, à procura de outras tarefas para os bancários que fiquem subutilizados, etc. A ideia da maximização dos lucros, há que contrapor a procura da optimização social do sector.

MODELO A MÉDIO PRAZO — PROPOSTA DE ESTRUTURA

O futuro sistema bancário deverá contemplar as seguintes instituições:

Banco Central — Bancos Especializados: Banco da Agricultura e das Ind. Alimentares; Banco da Habitação; Banco do Comércio Externo; Banco de Desenvolvimento Industrial.
C.G.de Depósitos — Bancos Polyvalentes: Sede em Lisboa; Sede



no Porto; Sede no Funchal; Sede em P. Delgada.

Banco Central

Ao Banco Central compete-lhe assegurar em exclusivo a emissão de notas e moedas e velar pelo equilíbrio monetário interno e pela solvência externa da moeda.

O equilíbrio interno e externo, face às exigências do desenvolvimento económico será assegurado pela participação do Banco na planificação.

Também lhe competirá a elaboração, em estreita colaboração com o planeamento económico, dum programa financeiro anual que, somado aos meios financeiros proporcionados pelo orçamento geral do Estado e ao autofinanciamento das empresas, constitua o Plano Financeiro do País.

A defesa do equilíbrio externo da moeda assentará na elaboração de operações cambiais, que constituem parte integrante do Plano Financeiro.

O balanço da origem e aplicação de créditos, anual, especificará a estrutura do crédito a conceder por sectores ou ramos de actividade, distinguindo entre crédito para investimento e funcionamento.

A participação do governador do Banco no Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, com a categoria de ministro, constitui garantia de que a programação financeira (e consequente política monetário-financeira) se ajustará às necessidades que, politicamente forem consideradas prioritárias. Enquanto orientador e controlador da política monetária e financeira ao Banco Central compete regular os respectivos mercados e, coordenar, dinamizar e fiscalizar todas as instituições de crédito.

Através de directivas, e outras formas de coordenação, o Banco Central contribuirá para a correcta execução da política definida.

O Banco é a autoridade cambial do país, e por delegação do Ministério das Finanças, cabe-lhe autorizar a totalidade dos pagamentos sobre o exterior e fixar os câmbios, podendo porém delegar parte da competência no Banco do Comércio Externo.

Bancos especializados

Banco da Agricultura e das Indústrias Alimentares

Trata-se de uma instituição a criar, podendo absorver agências de outros bancos, e elementos de instituições existentes ligados ao funcionamento do sector, que deverá operar à escala de todo o território, financiando simultaneamente o investimento e o circulante.

O Banco deverá possuir ao nível da sede e das filiais (uma em cada região-plano) adequado «stuff-técnico», para apreciação dos projectos que lhe forem submetidos e que se enquadram nas prioridades definidas. As filiais terão competência para conceder créditos para investimentos até determinado limite.

Ao Banco cabe controlar em estreita cooperação com as organizações dos trabalhadores e associações dos pequenos e médios agricultores, a aplicação dos créditos concedidos e verificar se as unidades de produção atingem ou não as metas previstas.

A tarefa fundamental das agências, a nível concelhio, é o financiamento do funcionamento das unidades agropecuárias, e o apoio aos órgãos regionais no controlo.

O presidente do Banco participará, em conjunto com o governador do Banco Central na definição da política de crédito para o sector.

Banco da Habitação

Este Banco deverá desenvolver-se a partir de uma

CONTRA OS SABOTADORES DA BANCA?

A forma como alguns órgãos de Imprensa têm vindo a cobrir o julgamento do banqueiro Jorge de Brito, procurando forçar junto da opinião pública a sua reabilitação, se não mesmo a exaltação das suas qualidades e actividades, não pode passar sem uma tomada de posição por parte das organizações de trabalhadores.

Foram estes que, através da actividade que desenvolveram especialmente entre 25 de Abril de 1974 e 14 de Março de 1975, criaram as condições que determinaram as nacionalizações da banca — golpe fundamental no domínio dos monopólios sobre a economia portuguesa.

Campanhas como a que tem sido conduzida a pretexto do julgamento em curso, têm por objectivo corroer e desprestigiar aquelas nacionalizações aos olhos do público e, simultaneamente, promover a reabilitação dos antigos senhores e administradores da banca privada. Pretende-se, agora mistificatoriamente, apresentar estes últimos como homens dinâmicos e dedicados aos interesses do país, vítimas de tenebrosas maquinacões e perseguições, que não só não teriam cometido irregularidades de qualquer espécie como até mereceriam ser condecorados pelos serviços prestados à economia nacional.

Cabe, mais uma vez, às organizações dos trabalhadores intervir, em defesa das conquistas alcançadas, para evitar que as campanhas de intoxicação da opinião atinjam os resultados pretendidos pelas forças de direita.

Conforme admite expressamente uma recente resolução do VI Governo Provisório (adoptada em 9 de Abril e publicada no «D» de 27 de Maio) a intervenção do Estado no BIP deveu-se a «graves problemas patrimoniais» provocada por uma má gestão, que, sem aquela intervenção, teria conduzido o banco à falência, com consequências nefastas não só para os trabalhadores daquela instituição, como também para os restantes trabalhadores das empresas que, por efeitos de créditos, se encontravam ligadas ao BIP ou que mantêm relações com os países estrangeiros.

A má gestão referida traduzia-se na utilização sistemática do dinheiro dos depositantes, não em operações de interesse para a economia nacional, e consequentemente de pouco risco, mas sim em operações especulativas, com vista a obter ganhos fáceis e chorudos, através da compra de terrenos e de especular com acções.

Com o advento do 25 de Abril, esta situação artificial do banco motivado por negócios especulativos revelou-se em toda a sua dimensão, demonstrando os administradores do banco uma total incapacidade para fazer face ao pagamento de depósitos exigido pelos seus titulares e responder cabalmente pelas obrigações contraídas no estrangeiro, às mais das vezes por formas fraudulentas, operações cujos resultados tinham sido canalizados para as aplicações já referidas.

Deste modo se contribui para o empobrecimento e a dependência do país em relação ao estrangeiro, através do agravamento da balança de pagamentos.

Já a própria legislação fascista submetia à autorização do Banco de Portugal a prática da generalidade das operações bancárias com o estrangeiro. Após o 25 de Abril, foram adoptadas medidas energéticas de defesa da economia nacional e de garantia do controlo do Banco de Portugal sobre as operações susceptíveis de terem repercussão sobre a solvabilidade externa do nosso país.

Estas medidas legais tornavam-se absolutamente

indispensáveis para evitar a fuga sistemática dos dinheiros do povo para o estrangeiro, em sangria que havia começado já antes do 25 de Abril. Tal explica que elas tivessem sido adoptadas poucos dias depois do derubamento do fascismo, precisamente em 2 de Maio de 1974, pela então Junta de Salvação Nacional.

A vigilância dos trabalhadores bancários permitiu detectar, já antes das nacionalizações, numerosas irregularidades e fugas ao controlo de divisas pelo Banco de Portugal, de iniciativas e responsabilidades de administração do BIP e do crédito predial português.

Entre as operações do BIP que por essa altura chegaram ao conhecimento dos trabalhadores como irregulares e subtraídas ao Banco de Portugal, bem como sonegadas à contabilidade do banco, registam-se as seguintes:

- Um empréstimo no valor de um milhão de francos suíços, contrato junto do banco de Alicante;
- Um outro empréstimo no valor de três milhões de francos suíços, junto do mesmo banco;
- Uma transferência no valor de um milhão de francos suíços para uma conta na Suíça em nome de uma entidade identificada por um número (isto é, cujo titular se pretendia manter no anonimato);
- Uma outra transferência para o banco suíço no montante de três milhões de francos suíços;
- Abertura de uma conta no Crédito Predial Português a favor de um banco sueco, no montante de cerca de quarenta mil contos, montante obtido através de um empréstimo concedido a uma empresa fantasma do grupo BIP, autorizada por uma administrador do CPP contra todos os regulamentos de concessão de créditos por parte do banco;

h) — A compra de cerca de um milhão e quinhentos mil dólares ao banco Franco-Português D'Outre-Mer, para liquidar a dívida contraída junto do banco sueco;

- A compra de cerca de um milhão de dólares a um banco espanhol;
- E ainda operações realizadas com bancos portugueses para pagamentos a bancos estrangeiros.

Todas as operações referidas foram efectuadas sem conhecimento nem autorização do Banco de Portugal. E, se a própria legislação fascista exigia este tipo de controlo, a legislação democrática mais reforça esta exigência, incriminando os seus infractores.

Sem a pretensão de interferir na actividade específica dos tribunais, cabe aos trabalhadores chamar a atenção para o papel que, no quadro da Constituição democrática, compete àquele órgão de soberania.

Cabe-lhes, com efeito, aplicar rigorosamente a legislação democrática (resistindo às pressões, sugestões e insinuações da direita reacçãoária) defendendo os interesses gerais da economia — que são, afinal, os do conjunto dos trabalhadores.

As manobras efectuadas pelas forças de direita com o pretexto deste julgamento enquadram-se na recuperação capitalista em curso. Estamos certos de que a unidade e combatividade crescentes que os trabalhadores têm dado provas impiedosas nas tentativas reacçãoárias de recuperação capitalista e frutifiquem e alcancem os seus objectivos.

A LUTA CONTINUA O Secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa

existência existente através da extensão da sua rede de agências e de reforço das suas estruturas técnico-administrativas.

O Banco da Habitação financiará a produção e a compra de habitações, incluindo as necessidades de investimento e de financiamento das empresas de construção civil ligadas a este sector.

Banco de Comércio Externo

A adopção de esquemas racionais de apoio ao fomento de exportações de produtos nacionais bem como ao financiamento de importações de bens considerados essenciais à economia nacional aconselham a criação de uma instituição especializada, a qual complete o financiamento não só as operações a curto como a médio prazo.

Trata-se de instituir a criar, por integração dos respectivos departamentos dos vários bancos

comerciais e das instituições especiais de crédito.

Banco do Desenvolvimento Industrial

Trata-se de um Banco essencialmente votado ao financiamento do investimento à indústria.

A política de crédito do Banco procurará dar corpo às linhas estratégicas aprovadas pelo Governo e pelo Banco Central (o presidente do Banco deverá participar na definição da política de crédito à indústria).

No seu objectivo contemplar-se-á o financiamento directo e indirecto à indústria.

Caixa Geral de Depósitos

A Caixa Geral de Depósitos passará a constituir a rede primária de captação de poupanças, na linha de uma vocação que se vem

acentuando.

A Caixa, para além de poupança interna centralizar igualmente a captação de poupança externa, através da criação de uma Filial para a Emigração que passará a integrar os departamentos reestruturados (envolvendo a supressão de alguns balcões) dos vários bancos comerciais que actualmente operam nas zonas de trabalho de emigrantes.

A Caixa Geral de Depósitos promoverá o desenvolvimento de modalidades de crédito para aplicações específicas ou para satisfação de consumos pessoais ligados à poupança.

Bancos Polivalentes

Os Bancos comerciais serão progressivamente concentrados por fusão, considerando-se admissível, tendo presente as características do país e os estatutos autónomos das

lhas, a existência de 4 Bancos, respectivamente com sede em Lisboa, Porto, Ponta Delgada e Funchal.

Os Bancos polivalentes têm por objectivo principalmente o crédito de funcionamento. Porém, no caso de pequenas e médias empresas industriais admite-se que tais instituições, pela flexibilidade que dispõem e em cooperação com um organismo público especialmente afecto ao estudo dos problemas das pequenas e médias empresas, possam igualmente, desenvolver crédito de investimento.

Paralelamente os Bancos polivalentes continuarão a prestar a gama de serviços habituais que não colida com as finalidades específicas dos Bancos especializados. Estes estabelecerão com os Bancos polivalentes adequadas relações de cooperação em ordem a melhorar progressivamente a eficiência do sistema bancário.



agrária

HERDADE DOS MACHADOS:

QUEM NÃO CUMPRE A CONSTITUIÇÃO?

Que nos dizem vozes democráticas e socialistas sobre a democracia, sobre o socialismo?

Que os trabalhadores são manipulados, que a Reforma Agrária (e não só) só pode avançar desde que sejam asseguradas condições de democraticidade nas assembleias de trabalhadores.

Quem vai assegurar a existência dessas condições? O Governo.

Por intermédio de quem? Da GNR e das forças militares.

Catarina, onde é que já assistimos a isto? Onde fomos já vítimas destes cuidados paternalistas, isto é, paternalistas?

Vamos por partes.

Na Herdade dos Machados, ocupada pelos trabalhadores com o fim de a integrarem na Reforma Agrária, o Governo fez intervir uma Comissão Administrativa. Para quê? Para assegurar uma gestão económica de resultados positivos.

A solução governamental, no âmbito da Reforma Agrária apenas seguida na Companhia das Lezírias, parece um atestado de incompetência passado aos trabalhadores rurais alentejanos. Terá sido insuficiente a gestão dos trabalhadores nas centenas de hectares dos latifúndios expropriados, antes incultos ou subaproveitados? Terá sido deficitária ou ruínosa a exploração pelo proletariado rural do Alentejo?

São os próprios trabalhadores que com a sua coragem e determinação, com toda a força que lhes advém de nada terem a perder senão as cadeias que há séculos os mantêm agilhados, fizeram a Reforma Agrária, os primeiros a dar resposta. Resposta fundamentada no facto de saberem aquilo que fizeram e fazem (ao contrário do que sucede com alguns "socialistas" e "democratas").

Essa resposta, bem conhecida por aqueles que estão minimamente informados sobre a Reforma Agrária, é um desmentido de todas as calúnias e provocações espalhadas pelas forças mais reaccionárias, por outras que, dizendo-se de esquerda, fazem daquelas objectivamente o jogo,

fomentadas umas pelo imperialismo, outras facilitando-lhe o trabalho.

Para quem gosta de números (e para quem os teme por os não poder rebater), alinhámos alguns.

Variações em relação à média do decénio 1966-1975				
		Área - Ha	Rendimento - Kg/Ha	Produção - Ton.
AVEIA	1966-75	171 999	564	96 993
	1976	189 256 (Março)	832 (Abril)	157 461 (Abril)
	=	+10% (Março)	+47% (Abril)	+67% (Abril)
CEVADA	1966-75	95 089	732	69 599
	1976	118 734 (Março)	1021 (Abril)	121 227 (Abril)
	=	+24% (Março)	+39% (Abril)	+74% (Abril)
TRIGO	1966-75	482 935	1208	583 293
	1976	574 692 (Abril)	1665 (Abril)	955 864 (Abril)
	=	+19% (Abril)	+38% (Abril)	+64% (Abril)

Fonte: Sindicato Agrícola, publicado no "Diário", 4/6/76

Números demasiado evidentes para serem desmentidos ou objecto de interpretações demagógicas.

E no entanto dirigentes de partidos reaccionários pretendem que a Reforma Agrária compromete a independência nacional. Pasme-se.

Será que deixar de importar produtos alimentares, um pouco de todos os países, sobretudo das grandes potências imperialistas, é agravar a dependência da economia nacional?

Será que a previsível maior colheita de sempre no Alentejo não nos coloca numa posição de menor dependência em relação

ao estrangeiro?

O absurdo da afirmação é demasiado evidente.

Onde pretendem chegar? A um futuro de emancipação económica e política das classes trabalhadoras, de verdadeira democracia para a maioria da população, precisamente as classes trabalhadoras? A independência económica e política do País?

Ou tem por objectivo o regresso ao passado, ao antes do 25 de Abril, isto é, o agravamento da exploração das riquezas naturais e das classes trabalhadoras do nosso País pelas multinacionais, pelo imperialismo?

imperialismo é reinstaurar em Portugal o grande capital industrial e bancário, o domínio dos monopólios destruídos e dos latifundiários expropriados. A fase actual da sociedade capitalista, o imperialismo, é imposta pelo agravamento das contradições do mundo capitalista, no fundamental pela sua contradição principal (uma produção social a que corresponde uma apropriação privada dos meios de produção, que entrava o progresso económico, social, cultural, científico e tecnológico), isto é, corresponde à necessidade de defesa dos grandes "trusts" internacionais, das

multinacionais, dos Rockefeller, dos Fords, e outros multimilionários.

Isso exige a existência de países dependentes, de vastas áreas de domínio e rapina do imperialismo, isto é, de países explorados pelas multinacionais, directamente ou através de monopólios nacionais.

Ora actualmente entre nós os monopólios estão destruídos (e a Constituição impõe ao Estado uma actividade dirigida contra a sua recuperação) e as multinacionais não dominam vastos sectores-chave da economia.

Estão, pois, criadas condições

Está uma Reforma Agrária em curso neste País. Não é um sonho, não é um projecto: existe. Quem duvide, vá ao Alentejo. Nem outra coisa desejam os que a fazem, senão que os incrédulos venham até eles, ponham dúvidas, vejam com os próprios olhos a tarefa gigantesca que já está lançada e de que já há abundantes frutos. Bem visíveis. Indesmentíveis.

Está uma Reforma Agrária em curso. Mas uma Reforma Agrária que quer ser digna deste nome, isto é, que tem de ser gerida e controlada pelos próprios trabalhadores. Pois de «reformas agrárias» que disso tenham apenas a designação pode o Mundo estar cheio, até os latifundiários são capazes de inventar uma dúzia delas. Ao que eles não se arriscam é a entregar aos trabalhadores a gestão do seu próprio trabalho. Quer dizer: ao que eles não se arriscam é a consentir, de sua própria vontade, numa Reforma Agrária a sério. Como a que está a acontecer no Alentejo.

O que se está a passar na Herdade dos Machados tem de ser visto a esta luz. Há uma situação de Reforma Agrária. Essa situação tem de ir a par com o cumprimento da vontade dos que trabalham a terra e com o respeito pelas suas organizações sindicais próprias. Senão, não haveria Reforma Agrária, mas o arremedo dela. Senão, tudo estaria

comprometido, mais importante, Portugal, de todos os que se viu o Alentejo.

E aconteceu precisamente o contrário: os trabalhadores disseram: o que é a Reforma Agrária no q simples como

E tanto q Herdade dos inquérito ac antitrabalhador como é séria

A questão ultrapassa-se: damos por fei do País, do S futuro.

Por isso defenderem





Não é vá ao senão vejam estáíveis.

comprometido. E esse «tudo» é nem mais nem menos que a mais importante conquista de TODOS os trabalhadores portugueses depois do 25 de Abril. Pois a Reforma Agrária é de todos os trabalhadores. Mesmo dos que nunca tenham visto o Alentejo.

E acontece que o que está a ser posto em causa é, precisamente, o cumprimento da vontade dos trabalhadores e o respeito pelo seu Sindicato. O mesmo é dizer: o que está a ser posto em causa é a própria Reforma Agrária no que tem de característica mais decisiva. Tão simples como isto.

E tanto que é assim, que o caso já transbordou da Herdade dos Machados propriamente dita. Agora, há um inquérito ao Sindicato. Isto significa que a política antitrabalhadores passa à ofensiva. Isto dá a medida de como é séria a situação e da grandeza do que está em jogo.

A questão da Herdade dos Machados, por isso, ultrapassa-se a si própria. Pode tornar-se, quase sem darmos por isso, a questão da Reforma Agrária, do Alentejo, do País, do Socialismo. Pode tornar-se a questão do nosso futuro.

Por isso os trabalhadores estão atentos. Para defenderem o futuro.



Uma das grandes conquistas alcançadas pelas massas trabalhadoras após o derrube do fascismo foi o direito à greve. Embora a ditadura fascista não só proibisse a greve como também a punisse, os trabalhadores portugueses nunca deixaram, durante os 48 anos de terror que medearam entre 28 de Maio de 1926 e 25 de Abril de 1974, de declarar e manter greves de âmbito e duração maior ou menor, em diversos sectores da indústria, da agricultura e dos serviços, por motivos e com finalidades diversas. Simultaneamente, o Movimento Operário fazia do reconhecimento do direito à greve uma das suas reivindicações principais.

Ora após o 25 de Abril este direito foi uma das maiores aquisições revolucionárias das massas trabalhadoras, fruto da sua tenacidade e da determinação da sua luta pela conquista, respeito e defesa das mais amplas liberdades democráticas. Nada mais natural, pois, que por um lado Spínola tenham elaborado promulgado e tentado fazer cumprir uma «lei da greve do lock-out fortemente restritiva do direito à greve e que, por outro, as massas trabalhadoras a tenham infringido, levando à prática da greve muito além do que interessava aos grandes detentores de capital.

Ao solicitar ao «Ministério do Trabalho um inquérito à actuação do Sindicato» dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, o MAP infringe a independência (organizativa, administrativa, de funcionamento) das associações sindicais face, nomeadamente, ao Estado, reconhecida e assegurada pela Constituição (art. 57.º, n.º 4).

E vai também contra a letra e o espírito da Constituição ao impedir «a participação dos trabalhadores rurais... através das suas organizações próprias» (art.º 104) no processo da Reforma Agrária.

Ora a Constituição entrou em vigor em 25 de Abril passado e por isso não obriga só o primeiro Governo Constitucional, não vincula só a administração pública após a entrada em funções daquele Governo. A Constituição é para cumprir e respeitar, e este exemplo ajuda a compreender por um lado a necessidade de a defender e de exigir a sua aplicação e, por outro, a necessidade de formação de um Governo de esquerda que seja rigoroso em cumprir a Constituição e fazê-la respeitar.

Um Governo que, em suma, defenda, ele também as liberdades democráticas, as conquistas e os direitos dos trabalhadores e das suas organizações de classe pratique efectivamente uma política antimonopolista, prossiga a Reforma Agrária e «estimele a participação das classes trabalhadoras e das suas organizações na definição, controlo e execução de todas as grandes medidas económicas e sociais».

Um Governo, afinal, que cumpra a Constituição em todos os pontos, não esquecendo nem muito menos contrariando o objectivo socialista do Estado Português.

para que o capitalismo não recupere em Portugal o poder económico e político, o que significa que o imperialismo tem grandes barreiras a vencer para atingir os seus objectivos, por demais evidentes.

Há, porém, factos que causam preocupação.

Então, em zonas onde militantes de partidos progressistas são perseguidos, espancados e assassinados, onde não existem as liberdades democráticas mais elementares, onde as assembleias (de agricultores pequenos e médios, por exemplo) são manipuladas de modo descarado por fascistas, ex-Pides e agrários, estão asseguradas condições de democraticidade? Será que aí os trabalhadores podem decidir democraticamente quando é certo que não lhes pode chegar informação progressista, que o obscurantismo fascista origina frequentes situações de analfabetismo, que o domínio dos, caciques reaccionários permite e impõe um anticomunismo primário porque resultante da falta ou da deturpação de informações, etc.?

Onde estão os protestos dos governantes preocupados com a «falta de liberdade» no Alentejo contra estas situações que bem conhecem? Será que entre a liberdade dos fascistas e agrários e a liberdade dos trabalhadores (que necessariamente se opõem e excluem) escolhem a primeira?

Punhamos as questões no concreto.

A «preocupação» com a democraticidade das assembleias dos trabalhadores da Herdade dos Machados resulta de haver alguns que, ao lado das forças políticas reaccionárias e do imperialismo, querem, eles sim, manipular os trabalhadores por forma a que ratifiquem as suas (deles) posições que visam restituir aos agrários voz activa e objectivamente ajudam o seu regresso (ou preparam o pagamento de chorudas

indenizações — pela perda do direito ao parasitismo e à exploração?). Aliás, essa «preocupação» revelou-se na nomeação duma Comissão Administrativa pelo Governo para aquela Herdade, ao contrário do que sucedeu na maioria das terras em que a Reforma Agrária avançou devido ao impulso decisivo dos trabalhadores rurais que, por isso e naturalmente assumiram a responsabilidade pela gestão respectiva.

Ora se a actividade dessa Comissão não mereceu a aprovação dos trabalhadores e por isso lhes não merece confiança e, ao contrário tem o acordo do MAP, o seu apoio e confiança, é porque entre os trabalhadores e o Ministério há divergências. Divergências de critérios, de objectivos, de métodos de trabalho. E ao contrário do que alguns podem pensar, não são os trabalhadores que precisam, no essencial, do apoio do Governo (que, se for de esquerda, não o nega) mas é o governo que precisa do apoio dos trabalhadores para governar (e só se for progressista o terá).

A CONSTITUIÇÃO E A REFORMA AGRÁRIA

Interessa ver o que a Constituição, lei fundamental do país, dispõe sobre a Reforma Agrária.

No capítulo IV da Parte II (Organização Económica) a Constituição define os objectivos da Reforma Agrária (Art.º 96.º): «Promover a melhoria da situação económica, social e cultural dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores pela transformação das estruturas fundiárias e pela transferência progressiva da posse útil da terra e dos meios de produção directamente utilizados na sua exploração para aqueles que a trabalham, como primeiro passo para a criação de novas

relações de produção na agricultura.» [Alínea a)]

«Aumentar a produção e a produtividade da agricultura, dotando-a das infra-estruturas e dos meios humanos, técnicos e financeiros adequados, tendentes a assegurar o melhor abastecimento do país, bem como o incremento da exportação.» [Alínea b)]

«Criar as condições necessárias para atingir a igualdade efectiva dos que trabalham na agricultura com os demais trabalhadores e evitar que o sector agrícola seja desfavorecido nas relações de troca com os outros sectores.» [Alínea c)]

Perante isto, pergunta-se quem não cumpre a Constituição: os trabalhadores que se lançaram abnegadamente na Reforma Agrária, renunciando a salários e trabalhando sem horários, gerindo as herdades colectivas e as cooperativas nos termos do Art.º 89.º da Constituição, ou o VI Governo que ignora e infringe a lei fundamental, nomeadamente a alínea b) atrás transcrita e a independência das organizações de classe dos trabalhadores?

Reconhecida pela Constituição como «um dos instrumentos fundamentais para a construção do socialismo», a Reforma Agrária processa-se, na zona do latifúndio, através da expropriação dos latifúndios e das grandes explorações capitalistas (Art.º 97.º, N.º 1).

O N.º 2 do mesmo artigo dispõe que «as propriedades expropriadas serão entregues, para exploração, a pequenos agricultores, a cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores ou a outras unidades de exploração colectiva por trabalhadores».

Quem não cumpre a Constituição, senhores do MAP? Os trabalhadores rurais que vêem a sua actividade reconhecida e garantida pela lei fundamental, ou os senhores ministros que nomeiam e

mantêm Comissões Administrativas à revelia dos trabalhadores?

O auxílio do Estado aos pequenos e médios agricultores, às cooperativas agrícolas e a outras explorações colectivas é expressamente imposto pelo Art.º 102.º da Constituição, e deve compreender a concessão de crédito e assistência técnica [alínea a)], o apoio de empresas públicas e de cooperativas de comercialização a montante e a jusante da produção [alínea b)], a socialização dos riscos naturais [alínea c)].

Um Governo progressista, apoiado no interesse e na vontade populares, tem aqui um vasto campo de acção se quiser contribuir para o avanço da economia nacional rumo ao socialismo e à independência nacional. Um Governo que, à semelhança do actual, levante obstáculos à Reforma Agrária, a procure fazer recuar ou anular, terá contra si não só os trabalhadores do campo e da cidade mas também a Constituição.

Por último, o Art.º 104.º da Constituição assegura a participação dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores, através das suas organizações próprias (ouviu bem, Sr. Ministro, próprias), bem como das cooperativas e outras formas de exploração colectiva por trabalhadores na definição e execução da Reforma Agrária.

Se a Reforma Agrária feita nos gabinetes, a Reforma Agrária feita contra os trabalhadores ou sem eles um contra-senso, é também inconstitucional.

Percebe-se assim porque motivo as forças políticas e económicas reaccionárias, ligadas ao imperialismo, são contra a Constituição.

Já se percebe menos porque afirmam apoiar um candidato a presidente da República que afirma que a Constituição é o seu programa.

Malhas que o imperialismo tece?

REFORMA AGRÁRIA EM PORTUGAL PRINCIPAL MOTOR DA ECONOMIA E DA LIBERTAÇÃO DE TODOS OS TRABALHADORES

No estado actual de subdesenvolvimento económico do País e em face dos embaraços existentes no processo político a **Reforma Agrária tornou-se o principal motor de arranque do processo económico e também o motor principal de desenvolvimento do processo político num sentido favorável às classes trabalhadoras.**

A Reforma Agrária é a mais avançada conquista, o mais forte baluarte, a mais poderosa de todos os trabalhadores portugueses, do campo e da cidade, para conterem as investidas da reacção e o perigo fascista e para prosseguirem o avanço a caminho do Socialismo, de uma sociedade sem classe exploradora.

Muitas dezenas de milhares de trabalhadores da terra expulsaram num ano umas reduzidas centenas de grandes agrários que espalharam abandono, miséria e repressão em vastas regiões de Portugal.

Apenas com ainda pouco mais de um milhão de hectares de terras sob o seu controlo, esses heróicos trabalhadores contribuíram decisivamente para **espantosos progressos nas culturas.**

Só nos cereais e segundo as mais recentes estimativas do INE, estão semeados: 574 693 ha de trigo (acréscimo de mais de 130 000 ha em área e mais 85% na produção global prevista, relativamente a 1973); 189 256 ha de aveia (subida de mais de 32 000 ha e 98% na produção total); 118 734 ha na cevada (cerca de 38 000 ha mais em área e mais do dobro na produção global: avanço de 114%). Isto traduz não só aumento de áreas cultivadas mas sobretudo grandes melhorias no rendimento por hectare: mais 42% no trigo (1 665 kg/ha), mais 65% na aveia (832 kg/ha), mais 45% na cevada (1 021 kg/ha).

De um modo geral, as novas **Unidades Colectivas de Produção** têm rebanhos de gado triplicados, quando não elevados em 5 ou mais vezes.

orçamento anual do estado, para desencadear uma arrancada fortíssima na produção e no emprego dentro do próprio sector. Deve sublinhar-se que os agrários expulsos ou por expulsar levavam e ainda levam bem mais que isso; e, não investem; agora mais que nunca tratam de mandar para o estrangeiro quanto podem.

Mas o sector agrícola nunca arranca sozinho: **todo o investimento na agricultura faz impulsionar fortemente a actividade na metalomecânica, nas cerâmicas, nos vidros e cimentos, na construção civil, nos transportes, nos serviços de projectos e assistência técnica.**

Grande parte da crise que existe nestes importantes sectores, apesar da emigração em massa, provém da longa paralisação da actividade nos campos. A própria emigração é, aliás, uma das graves consequências do atraso económico.

Os emigrantes poderão regressar e todos os desempregados tomar em breve uma intensa actividade em todos os ramos se se arrancar de vez com o decisivo motor de desenvolvimento económico e social que é o sector produtivo agrícola.

Porém, tal como pode ser, cada vez mais, o principal motor de

A recusa de créditos ameaça gravemente a Reforma Agrária e com ela toda a economia e as conquistas revolucionárias de todos os trabalhadores portugueses.

Todavia, a gravidade da ameaça não provém apenas dessa falta de apoio financeiro aos trabalhadores. Simultaneamente processa-se um saque económico do país que vem já de antes do 25 de Abril e prossegue todos os dias. Continuam a sair para o estrangeiro milhões de contos, da banca e não só da banca, das fábricas, das matas, dos parques de máquinas, dos efectivos pecuários ainda em poder dos agrários e que eles ameaçam deixar devastados.

Centenas de ricos senhores continuam a "indemnizar-se" pelas mais diversos modos e com a ajuda dos mais variados colaboradores corais e dispostos nas próprias leis, inclusive o art.º 87.º da Constituição, que proíbe qualquer indemnização a quem abandonou meios de produção, e o art.º 88.º, que impõe perda de bens a quem sabotar a economia.

Urge unir e organizar cada vez melhor os trabalhadores, por um lado para obter os créditos a que têm direito e a que o Estado é obrigado (por força das próprias leis), e por outro lado para bloquear o caminho do saque e da devastação. Mês a mês será mais difícil e doloroso para todos os trabalhadores, inclusive para os trabalhadores da banca, o esforço para recuperar economicamente o País.

Neste momento, os trabalhadores portugueses, todos os trabalhadores, precisam tomar consciência clara dos perigos que pesam sobre si.

Desde 1974, dezenas de milhares de trabalhadores do campo asseguram ao País o avanço de culturas e criações de gado. Ao mesmo tempo que tratam da produção, têm feito sacrifícios enormes para evitar o mais possível que os agrários levem gados para Espanha e para abate, que façam razias em matas, que desviem máquinas. Ao expulsarem agrários e tomarem conta das terras incultas são-lhes negados créditos para salários, para máquinas, para gados, para obras de rega e outras possíveis e muito urgentes. No Outono de 1975, quando urgia semear as culturas que agora são um espanto de previsão de colheitas, continuaram as recusas de crédito para máquinas e para obras e chegou-se ao ponto de criar embaraços graves nos adubos e nas sementes, de tal modo que, como curso, os trabalhadores tiveram de usar sementes que sabiam não ser as desejáveis.

Agora está-se em vésperas de colheitas excepcionais.

Ha meses que os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas e os Comités de Trabalhadores de empresas fabris e comerciais advertem as entidades responsáveis de que faltam ceifeiras, enfardadeiras, tractores e rebocos, camiões, caixas metálicas, armazéns e sacaria, para colher, transportar e arrecadar o fruto de tanto trabalho e sacrifício. Essas advertências foram tratadas com um afrontoso desprezo, que os superiores interesses do País não toleram.

Urge tomar medidas adequadas para assegurar as colheitas.

Porém, sobre estas recaem outros grandes perigos: os incêndios. A quantidade de incendiários e bombistas à solta e impunes ameaça as searas, os armazéns e matas, toda a riqueza ainda não devastada do nosso País.

Como se isso não bastasse, há ministros que, perante produções que dão agora para exportar e que não se sabe como armazenar, andam a importar trigo, carnes, azeite e outros produtos. Estão a

hipotecar o País a interesses capitalistas estrangeiros em crise e devastam a economia dos trabalhadores do Sul e Norte do País: produtos por escor, preços ruinosos.

Frente à ofensiva reacçãoária

UNIDADE NA ACÇÃO: A FORÇA DOS TRABALHADORES! DEFENDER E IMPULSIONAR A REFORMA AGRÁRIA, PODEROSO MOTOR REVOLUCIONÁRIO A CAMINHO DO SOCIALISMO

COMUNICADO

Camaradas:

Na sequência do Plenário realizado em 24 do corrente, na Sede da União dos Sindicatos do Distrito de Portalegre, para análise da situação da F.D.T. (Força Democrática do Trabalho), foi aprovado o seguinte documento:

— Considerando que a autodenominada Força Democrática do Trabalho convocou para a sessão realizada em Portalegre, no passado dia 22, parte dos sindicatos existentes no Distrito;

— considerando que a convocatória, em papel não timbrado, consta de uma folha manuscrita e assinada por um tal João António Chambel, que se prestou a ser manipulado por quem, à altura, não pretendia mostrar-se;

— considerando que, apesar do carácter selectivo da convocatória, foi possível aos Sindicatos e Unições sindicais assistir à dita sessão;

— considerando que foi dado verificar aos presentes que a referida sessão não foi presidida, secretariada e o que é mais grave, não foi constituída qualquer mesa responsável pelos trabalhos a realizar;

— considerando que, com a presença de um indivíduo (Carlos Moura), através do qual se torna difícil vislumbrar a responsabilidade da dita F.D.T. ou de qualquer outra organização, sindical ou não;

— considerando que, durante a sessão, o referido indivíduo, instado a pronunciar-se sobre o que era o que pretendia a F.D.T., o não fez em termos claros, baralhando Sindicatos com trabalhadores e vice-versa;

— considerando que foi dito que a F.D.T. possuía estatutos (aprovados não se sabe onde nem por quem);

— considerando que a unidade do Movimento Sindical só pode ser defendida e reforçada com a clareza de princípios e actuações;

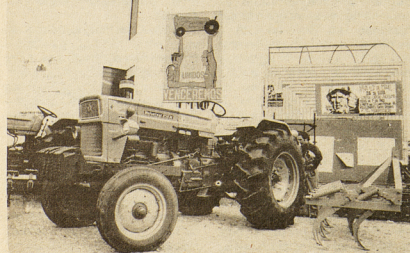
— considerando que as forças do Capital tentam a todo o transe desagregar a unidade dos trabalhadores com o propósito de impor o pluralismo sindical;

decide-se:

- 1.º Não comparecer mais a tais sessões;
- 2.º Dar conhecimento a todos os Sindicatos e Delegados Sindicais de carácter divisionista daqueles que se identificam com a F.D.T.;
- 3.º Repudiar todas as forças que, actuando no distrito, pretendem dividir os trabalhadores;
- 4.º Manter a vigilância, e sempre que necessário, denunciar as manobras ambíguas e tendenciosas que pretendem destruir o Movimento Sindical unitário.

Portalegre, 27 de Maio de 1976

Delegação do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias da Construção Civil, Pedreiros, Serração de Madeiras e Carpintarias Mecânicas do Alentejo
Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Portalegre
Deleg. do Sind. dos Trab. Químicos do Sul
Deleg. do Sind. dos Trabalhadores da Hoteleira, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul
Sind. Nac. dos Operários Corticeiros do Dist. de Portalegre
Deleg. do Sind. dos Enfermeiros da Zona Sul
Deleg. do Sind. dos Têxteis, Lanifícios e Vestuários do Sul.



Com esses pouco mais de 1 milhão de hectares de terras em regimes de produção colectiva e em bom desenvolvimento produtivo, apesar de todas as faltas de apoio financeiro e outras graves sabotagens, já as fábricas de maquinaria, de adubos, de rações e outras começam a ter muito que fazer: a sentir mesmo dificuldades para acompanhar o ritmo dos trabalhadores da terra.

Tem-se aí a demonstração mais clara de que no sector agrícola, com o abandono e devastação praticados pelos grandes agrários, ficou tanto que fazer em culturas, em obras, em aumento de gados e maquinaria, que bastará destinar à agricultura pouco mais de 20 milhões de contos dos mais de cem milhões que tem o

arranque de toda a economia nacional, também o sector agrícola pode voltar a ser o principal travão.

A reacção compreende isso muito bem.

Dal tudo quanto tem feito, desde o 25 de Abril, contra as leis de arrendamento rural, de extinção dos foros, de restituição das terras baldias aos povos, de saneamento dos circuitos comerciais, de providência rural e todas as outras medidas favoráveis aos pequenos agricultores de todo o País, em especial do Norte, da Madeira e dos Açores.

Dal também a sistemática recusa ou embaraço ao apoio financeiro a trabalhadores: Unidades Colectivas e pequenos agricultores.



MULHERES PREPARAM ENCONTRO NACIONAL

Tendo em vista a preparação do I Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora, «Avançada» organizou uma mesa redonda com mulheres delegadas e dirigentes sindicais. Na oportunidade entrevistamos Matilde Graça, dirigente do Sindicato da Indústria Hoteleira; Aures e Margarida, delegadas sindicais dos Electricistas do Sul, Maria da Conceição, delegada sindical do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Joaquina, dirigente do Sindicato da Indústria de Cerâmica.

Para além do Encontro, falaram-nos, ainda, da sua experiência como participantes na vida sindical, das dificuldades de mobilização das mulheres para a vida sindical e do porquê dessas dificuldades. A falta de infra-estruturas, os entraves do meio familiar e toda uma tradição de 50 anos de obscurantismo, contam-se entre algumas das causas da fraca participação feminina na vida sindical.

Mas, passemos às suas declarações:

Matilde: Neste momento, tal como as companheiras aqui presentes, estou empenhada na organização do Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora. Penso que o Encontro é absolutamente necessário, pois será uma forma de chamarmos de incentivos, às trabalhadoras portuguesas na luta pela conquista dos seus legítimos direitos. Somos nós que sentimos, realmente, as nossas necessidades. Portanto, deveremos ser nós a exigir o cumprimento dos direitos que nos são devidos.

«As dificuldades existentes na mobilização das mulheres trabalhadoras residem, sobretudo, no obscurantismo a que o fascismo as remeteu durante quase meio século, o que leva a que não se apercebam, verdadeiramente daquilo a que têm direito e até dos seus problemas específicos. Evidentemente que estes problemas têm que ser resolvidos a curto prazo e têm de

de compreender que a luta é de todas e não apenas de algumas».



A MULHER E A VIDA SINDICAL

Aures: Penso que o Encontro é muito importante porque, neste momento, há de facto, um pouco de desmobilização. E falo especificamente no meu sector onde existe uma fraca participação da mulher na vida da sua empresa. Este Encontro — apesar de ser apenas para delegadas e dirigentes — deverá conduzir à participação de todas as mulheres. Isto poderá ser feito, por exemplo, através das propostas que venham a sair do Encontro e que deverão ser levadas para os locais de trabalho.

«A minha experiência na vida sindical é bastante curta pois só há relativamente pouco tempo sou delegada sindical.

«O trabalho sindical dentro das empresas torna-se um pouco difícil pois, por vezes, registam-se boicotes de toda a ordem, principalmente por parte dos chefes de secção.

«Nas dificuldades para levar as mulheres a participar na vida sindical, penso que os homens têm bastante responsabilidade. O Encontro, inclusivamente, não deve ser encarado como uma guerra entre homens e mulheres.

«As mulheres portuguesas devem exigir do Governo o cumprimento do que está consignado na Constituição, que deve passar à prática e não ficar, apenas, no papel.

«Ora, a razão deste Encontro é, precisamente, discutir tudo aquilo que diga respeito à emancipação da mulher e ela tem

uma série de obstáculos que a mulher não consegue ultrapassar. O homem deve, portanto, ajudar a mulher a levá-la a participar mais activamente na defesa dos seus direitos de trabalhadora».

O ENCONTRO NÃO É UM MOVIMENTO FEMINISTA

Maria da Conceição: O Encontro é bastante importante, principalmente neste momento. Penso, também, que deverá ser alargado às CTs e delegados sindicais. Não fazemos distinções entre homens e mulheres, e isto não é um novo «movimento feminista», como alguns jornais já noticiaram.

«Sobre a minha experiência como sindicalista direi que já antes do 25 de Abril era delegada sindical. Após o 25 de Abril fiz parte da direcção de um sindicato e, neste momento, sou delegada sindical do Sindicato das Indústrias Químicas. Tenho, portanto, já alguma experiência da vida sindical. Lutei, de início com uma série de dificuldades resultantes de ser casada e ter filhos. Contudo, tentei ultrapassá-las e hoje sinto em mim toda esta vida de sindicalista. No entanto, é evidente que há pouca participação da mulher nos sindicatos porque umas não se encontram mobilizadas e outras não conseguem vencer os entraves do meio familiar.

Após o 25 de Novembro, a série de calúnias que se têm lançado contra a Intersindical e os sindicatos, as dificuldades cada vez maiores do trabalho sindical dentro das empresas, tudo isso tem provocado não só a divisão entre os trabalhadores como a sua desmobilização. A reacção aproveitou-se de tudo e lançou a confusão entre os trabalhadores.

«Este Encontro será, assim, uma chamada a todas as mulheres trabalhadoras no sentido de exigirem as infra-estruturas necessárias à sua condição de mães, maternidades, creches, etc., necessárias à sua integração na

vida sindical e política. Até este momento, a mulher só tem servido para pôr o voto na urna.

«Já é tempo das mulheres portuguesas assumirem a sua responsabilidade de cidadãs.

«Os sindicatos, por sua vez, deverão fazer um trabalho exaustivo, através da realização de plenários de delegados sindicais e de trabalhadoras em geral, a nível regional e distrital, a fim de chamar as trabalhadoras deste país à participação».

Margarida: Não poderel acrescentar muito mais do que as minhas companheiras já disseram. Sou delegada sindical há muito pouco tempo, numa



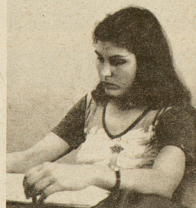
empresa onde o trabalho sindical é bastante difícil.»

CRIAR INFRA-ESTRUTURAS

Joaquina: Sobre o Encontro, penso que já não vale a pena falar mais. As camaradas aqui presentes já disseram o mais importante. Parece, contudo, que ainda não houve uma resposta completa ao porquê das dificuldades da participação das mulheres na vida sindical. As dificuldades de as delegadas sindicais têm sido bastantes e isso não acontece por acaso. Neste momento, há que dizer às trabalhadoras que as reivindicações não passam só pelos salários mas também pela melhoria das condições sociais, e isso tem de ser uma tarefa nossa. Qual o interesse de melhorias salariais se não forem acompanhadas de melhorias sociais? Por exemplo: para que serve um trabalhador ganhar 9000\$00 se, devido às péssimas condições de trabalho, labora apenas 3 meses por ano?

«Fazíamos, portanto, um apelo a todas as trabalhadoras/es participantes neste Encontro para se debatarem, sobretudo, sobre as reivindicações de melhores condições sociais, das infra-estruturas necessárias à sua condição de trabalhadoras.

«Quanto à participação das mulheres, ou à não participação, houve sempre por parte dos governos fascistas a



preocupação de não criar as condições que lhes possibilitassem a participação na cena sindical. Tentou-se, sempre, por um lado, criar a falsa imagem da «mulher ideal dona-de-casa» e por outro não criar infantários, creches, acessíveis à mulher trabalhadora, onde ela pudesse deixar os seus filhos.

«Para além disto, fazemos um apelo aos camaradas dirigentes sindicais, que nalguns casos ainda tentam recusar a participação da mulher nas direcções sindicais, para que a mulher apareça, também, nas listas para os corpos gerentes. Esta participação é imprescindível, tanto mais que nos mais variados sectores da vida económica são as mulheres que ocupam o maior número de postos de trabalho. Por outro lado, a mulher trabalhadora foi sempre a mão-de-obra mais barata e a mais explorada tanto na sua vida profissional como particular. Mas, no fim de contas, o problema das mulheres integra-se no problema mais geral dos trabalhadores portugueses».

JUNTOS CONQUISTAREMOS A VITÓRIA

Matilde: Quería fazer um alerta para que as mulheres trabalhadoras se apercebam da importância que têm em toda a vida económica da Nação. Quer a mulher que trabalha no campo, quer a que trabalha nas fábricas e em toda a produção é uma força. Ora, se essa força serve a economia, é utilizada na produção e é, inclusive, uma força que tem sido uma fonte de exploração — foi sempre a mão-de-obra mais barata do capitalismo — há que utilizar essa força, também, para a vida sindical. É com a unidade de todos, com a luta de todos, que nós poderemos vencer.

«Não é passando todo o tempo a atacar a Intersindical, o órgão que está ao lado dos trabalhadores e que os defende em toda a sua amplitude, não é dizendo mal do sindicato, que se consegue a unidade dos trabalhadores. Juntos, camaradas de trabalho, discutindo os nossos problemas, trazendo ideias para a resolução dos mesmos, estando ao lado dos sindicatos e da Intersindical, teremos a força e o apoio suficiente para poder marchar em frente, na construção de uma nova sociedade sem discriminações com condições iguais para todos. Só assim, caminhando juntos, poderemos conquistar a vitória.»





INDÚSTRIA HOTELEIRA: PRIMEIRO ENCONTRO DE JOVENS

Organizado pelo Grupo Cultural, Desportivo e Sindical da Indústria Hoteleira, teve lugar no Instituto Superior Técnico, no passado dia 30, a segunda fase do Primeiro Encontro de Jovens Trabalhadores da Indústria Hoteleira.

Na sequência da primeira parte deste Encontro, as largas dezenas de participantes, repartidos por três secções, analisaram profundamente os seguintes temas: A Juventude na Empresa, Organização da Juventude, Juventude e Tempos Livres.

No final dos trabalhos, importantes conclusões foram aprovadas em Sessão Plenária.

Relativamente ao tema abordado na 1.ª Secção — Juventude na Empresa — diversos problemas foram analisados, nomeadamente salários, condições de trabalho, a idade e o trabalho, horas de estudo e subsídios, etc...

A JUVENTUDE NA EMPRESA

"Sabemos os problemas profissionais com que se debate, ainda hoje, a Juventude na Indústria Hoteleira, nomeadamente quanto às reclassificações, salários e discriminações", declara-se logo no início das Conclusões da 1.ª Secção, salientando-se um pouco mais adiante: "Jovens há que chegam a efectuar trabalhos de verdadeiros profissionais quando ainda se encontram classificados como aprendizes ou serventes".

Após serem apontadas as péssimas condições de trabalho a que, na maioria dos casos, os jovens trabalhadores estão sujeitos, chama-se a atenção para a "existência de uma cláusula do CCT que proíba o trabalho a todos os jovens com menos de 16 anos (...) mas que não é cumprida, até porque muitos jovens, desde muito cedo, precisam de trabalhar para, assim, ajudarem as suas famílias".

Passamos em seguida, a sintetizar as principais reivindicações apresentadas pelo Plenário, relativamente a alguns dos problemas que acabámos de apontar:

— Fim às discriminações salariais entre os jovens com base nas diferenças de idade e sexo.

— Remuneração igual para trabalho igual.

— Que o tempo máximo de aprendizagem seja de 2 anos.

— Que sejam feitas inspecções médicas gratuitas e regulares de modo a vigiar e defender a saúde e o desenvolvimento da Juventude.

— Que as entidades patronais paguem por inteiro os salários em

caso de doença ou acidente de trabalho.

— O cumprimento integral do clausulado do contrato colectivo de trabalho.

— Auxílio aos jovens cujas famílias têm dificuldades económicas, para que cumpram todos os anos de escolaridade obrigatória.

— Que a todos os jovens seja facultada, sem perda de vencimento, a frequência de cursos de formação ou aperfeiçoamento profissional, bem como a preparação de exames dos respectivos cursos.

— Medidas rigorosas para que as entidades patronais cumpram as disposições legais para a integração dos jovens nas empresas respectivas após o serviço militar.

ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE

"Ao longo do actual processo revolucionário, a Juventude tem participado na luta geral dos trabalhadores; no entanto, na luta pelos seus problemas específicos não se tem verificado uma participação massiva". Consta-se em dado passo das conclusões da 2.ª Secção. Lembra-se, em seguida, que a Juventude deverá participar "na defesa abnegada das conquistas já alcançadas, bem como na luta pelo melhoramento das suas condições de trabalho nas empresas". Pelo que ficou dito reivindica-se "a participação, sem qualquer discriminação, dos jovens trabalhadores na empresa: Comissões de Trabalhadores, Comissões de Controle Operário, Comissões de Higiene e Segurança, Delegados Sindicais, etc."

A Organização Sindical da Juventude constituiu um dos principais temas sobre o qual também se debruçaram os participantes da 2.ª Secção.

A propósito, declara-se: "Cerca

de 1 milhão de jovens, com idade inferior a 24 anos, trabalha em todos os ramos da produção nacional. Todavia a sua sindicalização não corresponde ao importante peso que tem nessa mesma produção".

Apontam-se em seguida, as principais tarefas sindicais que, neste momento, deverão ser levadas à prática pelos jovens trabalhadores: "Dentro das empresas e ligados ao Sindicato, os jovens devem desenvolver uma actividade virada para a solução dos seus problemas específicos, criando Comissões de Juventude para o efeito credenciadas pelo Grupo Cultural Desportivo e Sindical da Indústria Hoteleira, funcionando estas Comissões de Jovens como promotoras da consciência de classe e união nos locais de trabalho que terão, entre outras, as seguintes tarefas:

1 — Estudo e resolução dos problemas específicos da juventude.

2 — Promover a sindicalização da Juventude.

3 — Promoção cultural e profissional dos jovens trabalhadores.

4 — Promoção de trabalho voluntário de carácter social.

5 — Formação de militantes sindicais jovens, dedicados ao processo revolucionário, pela elevação da consciência de classe dos jovens trabalhadores, pela solidariedade internacional dos jovens de todo o Mundo.

6 — Defesa até às últimas consequências do Processo Revolucionário Português e das conquistas já alcançadas pelo nosso Povo".

JUVENTUDE E TEMPOS LIVRES

"A necessidade de um integral aproveitamento dos tempos livres" por parte da juventude trabalhadora é-nos apontada nas conclusões da 3.ª Secção. Reivindica-se, assim, a criação nas empresas de grupos ou comissões específicas tendo em vista a promoção de actividades culturais desportivas e recreativas.

Exige-se, por outro lado, que "as entidades patronais sejam obrigadas a conceder facilidades em horários, transportes, etc, para a prática destas actividades" e que "a nível de organizações oficiais — INATEL, Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis, Direcção Geral do Turismo, Direcção Geral dos Desportos — sejam organizadas actividades culturais, desportivas e recreativas orientadas para a prática massiva da juventude".

Finalmente, transcrevemos, na sua totalidade, a saudação lida no decorrer deste Encontro, pelo representante do Departamento da Juventude da Intersindical Nacional

CAROS CAMARADAS:

Em nome da Intersindical Nacional, Central Única dos Trabalhadores Portugueses, quero transmitir-vos as nossas cordiais saudações pela realização deste encontro de jovens da indústria hoteleira.

Estamos certos que a realização do encontro e as suas conclusões irão contribuir bastante para a resolução dos vossos problemas, para a unidade da juventude e para o reforço da organização do movimento sindical.

Nunca será de mais frizar a necessidade premente da unidade de todos os trabalhadores e da juventude.

Só assim seremos suficientemente fortes para resistirmos aos ataques das forças de direita.

O avanço das forças reacionárias verificado na cena política portuguesa após os acontecimentos do 25 de Novembro, obrigam-nos, mais que nunca, ao reforço das nossas organizações unitárias, comissões sindicais, comissões de trabalhadores, comissões de juventude, sindicatos, uniões, federações e a própria Intersindical. No campo da unidade dos trabalhadores, a Intersindical Tudo fará para que ela se fortaleça e se consolide.

A Juventude, pelas suas características próprias, terá também na luta pela unidade um importante papel, dado que os jovens reúnem naturalmente condições favoráveis à realização de iniciativas unitárias.

O plano de recuperação capitalista visa de imediato a liquidação das principais conquistas da revolução nomeadamente as liberdades democráticas o controlo operário, as nacionalizações, a reforma agrária, a constituição e a consagração legal do princípio da unidade sindical.

Os trabalhadores saberão bater-se até às últimas consequências pela defesa destas conquistas. A grande parte desta luta cabe aos jovens trabalhadores que, temos a certeza, saberão corresponder sem hesitações, empenhando a sua tradicional generosidade e força revolucionária nessas importantes tarefas.

A Intersindical Nacional tem uma ideia exacta da importância do trabalho da juventude. As iniciativas já levadas a efeito pelas comissões de jovens nos Sindicatos, vêm assim demonstrar-nos que não erramos quando formámos o departamento de juventude.

Em poucos meses milhares de jovens participaram em iniciativas organizadas pelas comissões de juventude em todos os campos de actividade.

O congresso dos Sindicatos já anunciado pelo secretário da Intersindical Nacional, irá também consagrar o trabalho já desenvolvido pela Juventude no seio do movimento sindical.

O departamento da juventude da Intersindical Nacional, irá apresentar no congresso dos Sindicatos as conclusões do encontro Nacional da Juventude a realizar antes do Congresso e depois destes encontros por sectores.

Apelamos, por isso, para a sindicalização da juventude e sua organização em torno dos sindicatos para melhor se poder avançar unitariamente com todas as forças pelos verdadeiros anseios da classe trabalhadora.

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS
EM FRENTE COM O MOVIMENTO SINDICAL UNITÁRIO
PELO FIM DAS DISCRIMINAÇÕES VIVA A INTERSINDICAL NACIONAL

FESTIVAL DESPORTIVO PARA TRABALHADORES

Organizado pelo Departamento de Juventude da USP/Intersindical, com a colaboração do INATEL, realizou-se no domingo, 6 de Junho, no estádio do INATEL, no Porto, um festival desportivo para jovens trabalhadores.

Com a participação de cerca de 230 atletas, representando empresas, sindicatos ou a título individual, o festival desportivo será o trampolim para outras iniciativas não só de carácter desportivo, como também cultural e sindical.

Do comunicado distribuído aos órgãos de Informação pelo Departamento de Juventude da USP, dando a conhecer as razões da iniciativa, respigamos:

"Durante o regime fascista, a prática do desporto foi sempre vedada à juventude trabalhadora. O desporto no nosso País, como em todas as sociedades capitalistas, sempre serviu e serve para alienar as classes trabalhadoras, cultivando a idolatria, o regionalismo e o cubismo, afastando-as da luta pela defesa dos seus verdadeiros interesses.

"A imponente dos estádios pertence aos chamados clubes "grandes" contrasta grande e tristemente com a falta de recintos desportivos onde a juventude trabalhadora possa durante os seus tempos livres, gozar uma prática sadia do desporto.

"As quantias fabulosas pagas pela transferência do jogador-objecto de um clube para outro, assim como os chorudos ordenados auferidos por determinados atletas, que são pagos com o dinheiro que sai dos bolsos de milhares e milhares de trabalhadores, contrastam lamentavelmente com os salários ganhos por esses mesmos trabalhadores.

"Com o 25 de Abril, abriram-se novas perspectivas ao desporto em Portugal. A juventude deve avançar de imediato na luta pelo direito ao desporto."

Provas de 3000 m. curta-metragem, salto em altura, 200 m, 5000 m, 800 m, salto em comprimento, 400 m, futebol de 11 e de salão, e basquetebol, preencheram o festival desportivo para jovens trabalhadores.

Depois de concluídas as provas, foram distribuídas medalhas pelos participantes.

Finalmente, o Departamento da Juventude da USP/Intersindical tem como objectivo chamar a juventude trabalhadora à participação no movimento sindical, assim como a sua formação cultural, social e desportiva. Dentro destes objectivos e entendendo o desporto como uma prática destinada à formação física e moral do homem, o Departamento mobilizará a juventude para a prática do desporto, retirando-lhe todo o seu carácter de rivalidade e de submissão a interesses alienatórios, característicos da sociedade capitalista."





BULGÁRIA: A SAÚDE É OBRA DO POVO

«A assistência médica prestada ao povo é obra do próprio povo». Eis um dos princípios fundamentais em que se baseia a assistência médica na República Popular da Bulgária.

Este e mais quatro princípios tomam a assistência médica búlgara radicalmente diferente da existente na maioria dos outros países (capitalistas, claro).

O primeiro princípio da assistência médica búlgara reside no seu carácter estatal, isto é, na Bulgária, a conversação da saúde de todos os cidadãos é uma obrigação do Estado.

Ora, é precisamente este seu carácter estatal que possibilita a planificação da assistência médica sobre a base de planos de desenvolvimento socio-económico do país, em todos os domínios da vida, possibilitando a solução eficaz de todos os problemas de saúde.

O segundo princípio fundamental consiste no facto de a assistência médica ser completamente gratuita, altamente qualificada e acessível a toda a população búlgara. Para que a assistência médica gratuita seja um direito efectivo de cada cidadão, todo o país (vilas, cidades, empresas, escolas, etc) é coberto por uma densa rede de estabelecimentos sanitários do Estado equipados de meios técnicos modernos e médicos. Nestes estabelecimentos trabalham, consoante a importância e o fim do estabelecimento, quadros clínicos de todas as especialidades.

PROFILAXIA = PREVENÇÃO DA DOENÇA

Outro dos princípios é a profilaxia. A política sanitária do país é, sobretudo, voltada para a luta pela prevenção das doenças. Tendo como «slogan» que «mais vale prevenir a doença do que tratá-la», o Estado búlgaro desenvolve uma série de actividades profiláticas. É

particularmente importante, no entanto, sublinhar que a actividade terapêutica e a actividade profilática não se opõem mas, pelo contrário, encontram numa interacção estreita e constituem um todo indivisível. Isto está bem expresso no artigo 5 da lei sobre saúde pública, onde se afirma: «A actividade dos órgãos sanitários, visando a conservação e a consolidação da saúde da população, é fundada na profilaxia que é orientada para a criação e a manutenção de condições indispensáveis para prevenir as doenças, restabelecer e consolidar a saúde dos cidadãos».

Com efeito, o Estado búlgaro utiliza grande parte do seu material técnico-médico na prevenção das doenças, zelando, assim, pelo bem-estar físico e psíquico dos trabalhadores. A realização destas vastas medidas profiláticas é facilitada pela estrutura socio-económico-política do país. O carácter estatal da economia favorece, no seu conjunto, a realização da política do Estado no domínio da prevenção da doença.

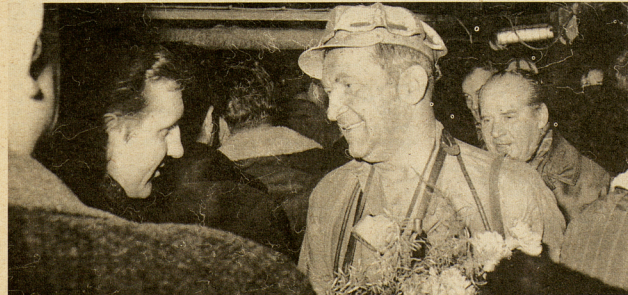
O quarto princípio reside na unidade existente entre a ciência médica e a assistência médica. Sem pôr de lado os problemas fundamentais e teóricos, os Institutos Científicos de Medicina orientam as suas pesquisas, sobretudo, para a satisfação dos imperativos da prática médica. A sua principal obrigação é de examinar os problemas ligados à saúde do povo e, sobre esta base, levar a terapêutica médica e a profilaxia ao nível das

aquisições mais recentes da ciência médica. Uma tarefa importante que compete aos estabelecimentos médicos científicos da Bulgária é a de estarem informados sobre as inovações na medicina mundial, a fim de as poder assimilar e colocá-las ao serviço da assistência médica do país.

A unidade da ciência e da prática médica é um dos factores mais poderosos que asseguram à assistência médica búlgara um nível elevado e determinam a sua eficácia. Esta colocação da ciência, da teoria, ao serviço da saúde do povo é uma das conquistas que só em socialismo se consegue alcançar. No mundo do capital o tratamento ou a prevenção das doenças é um privilégio dos ricos, dos que têm possibilidades de pagar 500\$00 por uma consulta de 3 minutos.

Mas continuemos na assistência médica búlgara. O quinto princípio fundamental resume-se no seguinte: a assistência médica prestada ao povo é obra do povo. Isto significa que os órgãos sanitários do país se apoiam nos meios sociais, organizam e encorajam a participação destes em três direcções principais: assistência aos órgãos de Estado, inclusivamente, na realização das medidas profiláticas; elevação da cultura sanitária da população, e controlo social sobre a observância das normas e das disposições sanitárias. Deste modo, a população búlgara é não somente o objecto de cuidados médicos, mas também o sujeito participante na política sanitária praticada no país.

Convém salientar que estes cinco princípios da assistência médica da República Popular da Bulgária não são uma simples declaração ou um simples esquema. Eles são efectivamente a base principal da assistência à doença do povo búlgaro.



A PRODUÇÃO NA CHECOSLOVÁQUIA

Na Checoslováquia, a batalha da produção não se fica pelas palavras. Na foto, o mineiro Lumír Sakmar, responsável por uma equipa de 97 trabalhadores que extraiu 25000 toneladas de carvão durante um mês de trabalho. A certeza de trabalhar para si próprios explica «milagres» destes.

A LUTA É NO MUNDO INTEIRO

GANHA AMPLITUDE A LUTA DOS TRABALHADORES AUSTRALIANOS

CANBERRA — A luta reivindicativa dos trabalhadores pelos seus direitos ganha cada vez mais amplitude na Austrália. Segundo o Office of Statistics, registaram-se nestes últimos meses mais de 250 greves, nas quais tomaram parte cerca de 70 mil pessoas. As mais importantes foram assinaladas no sector mineiro e na indústria do papel, terminando com a vitória dos trabalhadores.

A greve dos construtores do metropolitano em Melbourne foi também coroada de êxito, depois de 2 meses de luta. A administração consentiu nos aumentos salariais e nos feriados anuais pagos.

FRANÇA: POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

PARIS — Os operários de oito fábricas metalúrgicas de La Rochelle (no litoral ocidental da França) empreenderam uma acção de defesa dos seus direitos, reivindicando melhoria de condições de trabalho e aumento de salários. Em vez de satisfazerem as justas reivindicações operárias, os patrões chamaram a polícia, que invadiu uma das fábricas, provocando sérios ferimentos em 15 operários.

Por outro lado, 2 mil mineiros da bacia hulhifera do departamento de Pas-de-Calais entraram em greve, protestando contra o encerramento de várias minas, contra a redução de extracção da hulha em várias zonas do país e contra os despedimentos massivos.

Na região parisiense, os tipógrafos também estão em luta, protestando contra a pretensa «reestruturação» deste sector, e que provocará despedimentos massivos, pondo em perigo as conquistas sociais dos trabalhadores. Segundo as estatísticas, desde 1969 a 1973 que foram suprimidos 10 mil empregos e despedidos 3 mil trabalhadores.

EUA: 100 MIL TRABALHADORES EM GREVE POR DIA

NOVA IORQUE — Nos Estados Unidos, entram diariamente em greve mais de 100 mil trabalhadores, anunciaram as estatísticas.

Desde há várias semanas que prossegue a greve geral dos operários da indústria da borracha, com a participação de 70 mil trabalhadores de 40 empresas em 23 Estados.

Cerca de 14 mil condutores de camiões de 13 Estados americanos estão também em greve. Entre as companhias afectadas conta-se a «United Parcel Service».

A «Orthlake» (no Estado de Illinois), a fábrica de equipamento telefónico encerrou as suas portas porque os 3 mil operários que lá trabalham se recusam a retomar a actividade, enquanto as suas reivindicações não forem satisfeitas. As fábricas da «Anheuser-Busch», na Flórida e em Washington, também fecharam as portas. Os trabalhadores da companhia de Rádioíudio e da televisão «N-B-C» estão já em greve há várias semanas.

Segundo os relatórios da Direcção federal de conflitos de trabalho, registaram-se 308 greves nos EUA na primeira semana de Maio, com a participação de 150 mil trabalhadores. A Direcção prevê uma nova subida do movimento grevista.

NOTÍCIAS DO DESEMPREGO

FRANÇA — 1 200 000 DESEMPREGADOS

PARIS — A Bolsa de Trabalho francesa registou, no fim de Abril, cerca de 900 mil desempregados, ou seja, mais 33 por cento do que no ano passado. Todavia, segundo a OIT, a França conta, no total, compreendendo os desempregados não registados, com cerca de 1 200 000 pessoas sem emprego. Os jovens com menos de 25 anos constituem 47,8 por cento desta cifra, e as mulheres 41,9 por cento.

EM ITÁLIA, SÓ 36,6 POR CENTO DA POPULAÇÃO ACTIVA TRABALHA

ROMA — O nível de emprego na população activa italiana baixa constantemente. Segundo o Centro de Política Económica do PCI, enquanto que, em 1960, o número de trabalhadores ocupados era de 43,6 por cento, em 1975 baixou para 36,6 por cento no centro e Norte do país. No Sul, essa percentagem situa-se ainda mais baixo — 29,7 por cento.

MARÇO — 1 250 000 DESEMPREGADOS NO JAPÃO

TÓQUIO — No mês de Março, o número de desempregados no Japão ascendeu a 1 250 000, o que representa mais 130 mil do que no ano passado. O Conselho Geral dos Sindicatos considera que este número é muito mais elevado, dado que as estatísticas oficiais são bastante incompletas.

LER • OLHAR • ENTENDER • LER • OLHAR

TEMPO DE LEITURA

OESTINOS, de Andrade Santos - Coleção «Ficcionistas Portugueses» - Editora Seara Nova.

Primeiro livro de um autor que até agora só tinha colaborado em vários jornais e que agora surge com este volume em que nos fala do oeste português, da sua paisagem humana e das lutas quotidianas desse povo. Numa linguagem viva e crua, a realidade agreste dessa vida de trabalho e exploração é-nos transmitida sem rodeios, à mistura com a consciência latente dessa exploração, prestes a desencadear a luta.

TEMAS MILITARES, de Friedrich Engels, - Coleção «Teoria» - Editorial Estampa.

Neste volume com mais de 400 páginas são analisados problemas político-militares, abrangendo vários períodos da história da França, da Prússia, da Inglaterra, da Rússia, da Itália, dos Estados Unidos, da Áustria e da Alemanha.

Das primeiras páginas dedicadas à **Teoria da Violência**: «(...) Até então não tinham sabido o que haviam de fazer com os prisioneiros, e por isso os matavam, e em tempos anteriores, comiam-nos. Mas quando se chegou a esta fase da «situação económica», os prisioneiros adquiriram um valor; por isso lhes foi consentido viverem, para se poder aproveitar o seu trabalho. Desta maneira a violência, longe de dominar a situação económica, foi posta, como se vê, ao serviço desta. Tinha-se descoberto a **escravatura**».

TEORIA MARXISTA DA EDUCAÇÃO, de Bogdan Suchodolski - 3 volumes - Editorial Estampa.

Do **Prefácio**, escrito pelo autor da obra: «Num país que constrói o socialismo, a actividade formativa deve ocupar um lugar destacado entre os assuntos sociais importantes. (...) O derrube da ordem capitalista e a criação da sociedade socialista estabelecem um grande e histórico processo que exige um novo conteúdo do problema pedagógico. Considerando esta nova situação, devemos estar preparados para determinar o conteúdo científico da teoria pedagógica.»

A PROPÓSITO DE TEATRO (E) DE ESTUDANTES A CULTURA NÃO DEVE SER UM PRIVILÉGIO

Os estudantes sempre marcaram a sua presença na luta antifascista, tomando posições firmes em defesa dos interesses das classes trabalhadoras.

Nomeadamente em Coimbra. E, se assim foi antes do 25 de Abril, assim terá de ser agora com maior intensidade e maior eficácia.

E assim é, se bem que os resultados palpáveis não possam surgir de um momento para o outro.

Em Coimbra, tomemos o exemplo TEUC (Teatro de Estudantes da Universidade de Coimbra), um organismo cultural integrado na sua totalidade por estudantes, actuando num "sector cultural" inserido no Movimento Associativo, embora virado para horizontes mais vastos, numa estreita ligação com as organizações representativas dos trabalhadores, geograficamente definidas pelas zonas limítrofes de Coimbra. É neste contexto que o TEUC de hoje procura contribuir para o levantamento de uma **Frente Cultural Estudantil**, que, a breve trecho, entre soluções organizativas, estruturais e de coordenação que lhe permitam integrar-se num conjunto mais amplo, numa **Frente de Acção Cultural e Desportiva de Coimbra**.

Mas, nesse "sector cultural" do Movimento Associativo, é ainda bastante reduzido o número de estudantes empenhados e interessados em desenvolver uma acção cultural consequente — afirma-o o próprio TEUC.

APELO AOS ESTUDANTES

Por isso — porque são poucos ainda e é preciso que sejam muitos os estudantes que chamem a si essa acção — seguidamente transcrevemos uma parte do Programa de Actividades do TEUC para 1976, texto este que, precisamente, deve ser entendido como um **apelo** aos estudantes, visando o seu comprometimento no processo de produção cultural.

«A cultura não deve ser um privilégio. Não é um meio de evasão, de esquecimento ou de lazer. Muito menos para um estudante progressista.

«A cultura está presente em todas as relações que se estabelecem entre os homens. E em todos os momentos. É um meio importante para a compreensão das relações económicas e sociais. A cultura acompanha lado a lado as relações económicas e sociais nas transformações e nos seus saltos qualitativos — as Revoluções. Certo que a Revolução Cultural necessita previamente da Revolução nas relações de produção. E da Revolução na ideologia.

«Que deve ter em vista um estudante ao integrar-se num organismo cultural?

«Primeiro estimular o acesso das massas trabalhadoras às componentes da Cultura, colaborando desta maneira e modestamente, na grandiosa obra de libertação de todos os trabalhadores.

«Mas, para realizar este projecto, precisa de saber actuar no contexto cultural.

«Tem de conhecer a história da cultura, os meios que pode utilizar e qual a capacidade de acção. As manifestações artísticas só são verdadeiras quando em directa correlação com o processo cultural.»

CARLOS PINHÃO

«O CÍRCULO DE GIZ CAUCASIANO»

Mesmo depois do 25 de Abril, dizer do nosso teatro que é feito para os trabalhadores seria, em muitos casos (em todos, no que se refere ao teatro comercial) um insulto para os trabalhadores. E, no entanto, todo o teatro deveria ser feito para eles. Mais ainda: deveria bastar escrever a palavra teatro para que se entendesse que o seu destinatário seriam as massas trabalhadoras.

Augusto Boal, grande homem do teatro brasileiro e latino-americano, há anos exilado na Argentina e actualmente em Portugal, escreveu em tempos o seguinte: «A continuação da luta das elites contra o povo determina no restrito âmbito do teatro, a continuação da luta de certas elites intelectuais contra o teatro popular. «Deve observar-se que Boal fala em

povo como o conjunto das classes trabalhadoras. Por outras palavras: «Povo é uma designação genérica que engloba operários, camponeses e todos aqueles que temporária ou ocasionalmente estão associados aos primeiros, como é o caso dos estudantes e de outros sectores em certos países.» Ainda por outras palavras: «Os homens são povo. População engloba também os senhores».

Entende-se, por isso, que fazer teatro popular, ou seja teatro para as classes trabalhadoras, implica um grande esforço de reorientação de todo o aparelho produtor estético, implica que o teatro esteja nas mãos daqueles que o fazem (e não nas mãos de empresários capitalistas) e implica ainda que aqueles que o

fazem perspetivem o seu trabalho numa correcta visão da história.

O espectáculo «O Círculo de Giz Caucasiano», de Bertolt Brecht, que está a ser apresentado no novo Teatro Aberto (à Praça de Espanha) pelo Grupo 4, é teatro popular porque apresenta, em termos esteticamente válidos mas inteligentemente clarificados, problemas que têm a ver com o nosso processo histórico.

É da fusão destas duas realidades: uma realidade ideológica que põe em questão o problema fundamental do poder através da história de duas mães (a que pariu uma criança a que tratou dela), e uma realidade estética que consiste em fazer que essa história seja ao mesmo tempo bela e divertida, que resulta o enorme prazer e a grande lição deste

RETRATO DE HERÓI

de José Carlos Ary dos Santos

Herói é quem num muro branco inscreve
O fogo da palavra que o liberta:
sangue do homem novo que diz povo
e morre devagar de morte certa.

Homem é quem anónimo por leve
lhe ser o nome próprio traz aberta
a alma à fome fechada o corpo ao breve
instante em que a denúncia fica alerta.

Herói é quem morrendo perfilado
Não é santo nem mártir nem soldado
Mas apenas por último indefeso.

Homem é quem tombando apavorado
do sangue ao futuro e fica ileso
pois lutando apagado morre aceso.

(Do livro Fotos-grafias)

OS MILAGRES DO 1-X-2

«Mini computador 1 X 2! Faz milionários!»

Esta a frase que, com toda a simplicidade, nos é atirada à cara, ultimamente, através de um dos muitos reclames da nossa televisão. Nossa porque é paga por todos nós.

Dizem, lá pelo reino do Lumiar, que a publicidade é imprescindível para a manutenção da RTP. De acordo. Só que há publicidade e há... publicidade.

Mas vejamos: «Mini computador 1 X 2! Faz milionários!»

Ora aí está! Dois anos após o 25 de Abril, o que nós precisamos é de milionários. A gente procura, procura, mas não há. Não há milionários. Há falta de milionários...

Será que a reconstrução da nossa economia passa pela

fabricação de milionários? Se for esse o caso, a televisão poderá gabar-se de contribuir eficazmente para a reconstrução do nosso País...

Fazer de cada português um milionário! Tal conceito, de resto, não é original. Partidos existem que se propõem fazer de cada português um proprietário.

A televisão, porém, vai mais longe. Através do tal «mini computador» faz milionários!

Por este andar, em breve, seremos cerca de nove milhões de milionários... O Mundo vai ficar boquiaberto! Nove milhões de milionários! Caso nunca visto ao longo da História...

Na verdade, a nossa televisão (nossa porque é paga com o dinheiro de todos nós) é... um caso. Um grandíssimo caso...

espectáculo. Da reforma agrária ao conceito de justiça, várias são as discussões pontuais debatidas numa peça que constitui um permanente motivo de encantamento e um permanente convite à rigorosa e lúcida análise dos problemas levantados.

Dissimos, por estas razões e também porque todos os artistas que integram o Grupo 4 fazem um trabalho muito eficaz e correcto, em certos casos mesmo brilhante, que este espectáculo é um espectáculo para trabalhadores. É primordial a eles que deve interessar e a quem se dirige. E não deixa de ser sintomático verificar que sendo «O Círculo de Giz Caucasiano» um dos melhores espectáculos do teatro português dos últimos anos, ser ao mesmo tempo o grande teatro popular que esperávamos.



LER • OLHAR • ENTENDER • LER • OLHAR

O REGRESSO

de Andrade Santos

Havia passado Janeiro. Já ninguém se lembrava de Arménio. Tão-pouco da sua fala alegre.

Foi num dia em que o sol rompia um buraco entre as nuvens, que os rapazes da rua de cima gritaram uns para os outros: «O Ramiro está cá!».

O garoto ficou de conhecimento quando a manhã terminava. Ainda céptico, correu à casa de Conceição Talheira:

— Dizem que o Ramiro veio. É verdade? — perguntou.

A mão do rapaz de cabelo duro olhou-o com um misto de mágoa e alegria:

— Chegou ontem à noite — principiou. — Disse-me que os senhores o tratavam muito bem mas que não conseguia aceitar aquela vida. Agarrou-se a mim a chorar, que não queria outra mãe... Nem outro pai...

Um soluço frouxo desmontou em Talheira:

... Ele que ficava agora com uma oportunidade de se educar, de ser alguém um dia mais tarde... Disse-me coisas, coisas... Que se andava a enganar a si próprio quando chamava pais a outra gente. Disse-me mesmo que há pessoas que nasceram enterradas no entulho e também se fizeram homens... Ouvi da sua boca dizeres que nunca lhe tinha ouvido. E eu, o que fiz? Tive de lhe dar razão! Sabe o que lhe disse? «Então fazes-te homem a partir do que és. Mas vai ser muita luta, filho... Muita luta!». Olhe, agarrou no tabuleiro, lá foi esta manhã... Por lá andei!

O estudante saiu. Mais tarde, com a refeição do almoço aconchegada ao estômago, passou a pasta por debaixo do braço e deu caminho para o Liceu. Nesse dia havia a feira mensal. As ruas exalavam um calor humano. Homens da terra, camponeses, entravam e saíam nas casas de comércio.

O garoto passou o largo da parte baixa da vila, caminhando encostado ao paredão que dividia o logradouro da igreja. Andando um pouco adiante avistou o casarão da praça. Continuou de olhos fitos no enorme imóvel. Depois, como se ficasse preso à pedra-chão da rua, estacou, engomando um sorriso na sua boca pequena.

Ao longe, comido na arcada-portal do mercado, estava Ramiro, menino brincador de religiões. Criança que agarrando num tabuleiro e a deixar partir ao ar se fazia homem:

«Esticadores para camisas! Boas de natalina!»

«Almanagues! Almanagues!»

(Do livro *Oestinos* — da Seara Nova)

URSS: CULTURA E NÚMEROS

Cerca de 12 milhões de estudantes soviéticos do ensino secundário e superior aprendem, hoje, a língua inglesa, quase 11 milhões estudam alemão e 2,5 milhões o francês. Nos teatros soviéticos estão em cena 129 obras de dramaturgos e escritores ocidentais contemporâneos. Mais de 6000 concertos e espectáculos de artistas estrangeiros foram apresentados em 92 cidades soviéticas durante o ano de 1975.

De 1966 a 1975, a União Soviética comprou 71 filmes americanos (as firmas americanas compraram 25 filmes soviéticos durante o mesmo período). A URSS compra, anualmente, aos países capitalistas, 50 a 60 filmes e exhibe-os amplamente nos seus cinemas. Mas poucos filmes soviéticos são comprados pelas companhias ocidentais. Em relação às trocas de programas de televisão, as coisas passam-se do mesmo modo.

Durante os anos do poder dos Soviéticos, foram editados na União Soviética, 28000 obras de autores estrangeiros em 76 línguas nacionais. Durante o ano de 1976 serão tirados mais de 60 milhões de exemplares de 1500 obras traduzidas de 40 línguas estrangeiras.

No mundo de hoje, nenhum país pode impunemente ignorar o que se passa nos outros países, as suas culturas e as suas obras. A União Soviética, mais do que qualquer outro país, tem tomado e está tomando medidas de conjunto para dar a conhecer às massas trabalhadoras os tesouros das culturas nacionais dos outros povos.

(APN)

4 NOTAS NA SEMANA

ESTÁ ABERTA A CAMPANHA

E pronto. Os presidenciais podem enfim, dar início à campanha eleitoral. Campanha que, para alguns dos então possíveis candidatos, começou na madrugada do dia 25 de Abril do ano corrente.

No decorrer da passada semana, a nossa eleição centrou-se no debate televisivo dos 4 candidatos. Ficámos, assim, a conhecer melhor o futuro que nos espera.

De salientar a interessante teoria, «filosófica», desenvolvida por Pinheiro de Azevedo em torno da Independência Nacional.

Segundo o Primeiro-Ministro trata-se de uma questão de bomba. Atómica.

A PROPÓSITO DE BOMBA...

Uma potente carga explosiva foi colocada no edifício das associações de amizade de Portugal com ex-colónias.

Também o MEIC foi objecto de um atentado bombista através da deflagração de um petardo de reduzidas proporções.

Na Cruz Quebrada dois trabalhadores da CARRIS foram barbaramente assassinados.

As autoridades, entretanto, revelam-se incapazes de pôr cobro à vaga de terrorismo que ameaça a nossa democracia em construção. Assim se prova que nem só a bomba atómica põe em causa a nossa Independência Nacional.

ESPAÑHA

As Cortes espanholas aprovaram uma lei que levanta a proibição da existência de partidos políticos, com excepção dos comunistas, anarquistas e separatistas. A aprovação desta medida constitui, antes de mais, um passo em frente na luta travada pelo Povo espanhol, pondo-se a descoberto, por outro lado, a natural incapacidade do decadente regime carlista-franquista.

Contudo, a Espanha está longe de atingir a democracia. Como instituir a democracia sem a participação de todos os cidadãos, sejam eles comunistas, anarquistas ou separatistas?

AS KAULZADAS...

O ultra-reaccionário Kaulza de Arriaga exigiu, em conferência de imprensa, a «revisão» da Constituição Portuguesa elaborada e aprovada pela Assembleia Constituinte eleita livremente pelo Povo Português.

Mais: aconselhou a formação de um «Movimento Nacional Antimarxista» (!)

Escusam de ficar de boca aberta... Isto passou-se há dias, mais de 2 anos passados sobre o 25 de Abril de 1974.

De Arriaga, impunemente, ataca a liberdade de todos nós! De todos os portugueses!

Até quando?

Mais uma vez perguntamos: será isto democracia?

TEATRO

UM NOVO GRUPO DE INTERVENÇÃO TEATRAL

«Notícias do Poder», baseada em textos de vários autores espanhóis e dos portugueses Augusto Sobral e Virgílio Martinho, é a primeira peça de um novo grupo de intervenção teatral, o GRUPO TEATRO PROPOSTA, que se propõe, a partir das suas actividades, tentar uma «experiência» teatral e de exercício cívico inserida no processo da Revolução Portuguesa. Tendo em vista as necessidades de promoção cultural como uma troca do que há em comum de vivências, desejos, insuficiências, etc., no sentido da alteração e desalienação, e, por consequência, da sua consciencialização para uma via socialista.

Para atingir estes objectivos o GRUPO PROPOSTA pedirá apoio aos Sindicatos, Comissões de Trabalhadores e Moradores, INATEL, autarquias locais e Juntas de Freguesia. E também intenção do grupo planificar a sua actuação em estreita colaboração com os grupos amadores espalhados pelo país.

Sobre a peça, um dos elementos do grupo diz-nos: «A personagem central representa o povo português; à sua volta giram os senhores que o amordaçaram durante 48 anos, os privilegiados que conseguem manter o «POVO» debaixo do seu domínio, recorrendo a processos como o de lançar trabalhadores contra trabalhadores, fazendo-os disputar os favores da classe dirigente; usando uma repressão feroz, que ensina a não pensar, recorrendo a medidas restritivas que limitam apenas o voto aos cidadãos obedientes, que não põem em causa o sistema, a falsa informação que não informa e deturpa os acontecimentos».

O GRUPO TEATRO PROPOSTA esteve no Teatro da Trindade de 7 a 23 de Maio e aqueles que não assistiram ao espectáculo chamamos a atenção para as futuras actividades deste agrupamento.

RÁDIO

Num destes dias, aos microfones da difusão do Rádio da Rádio Portuguesa, o locutor referiu-se a Schubert e a um seu «lied». Referiu-se, por leitura de um texto que lhe meteram nas mãos. E não esteve com certezas, chamou «lied» ao «lied» à saxónica. Aquilo devia julgar que Franz Schubert era um compositor de música «rock». É natural. Não se pode saber tudo.

O que impressiona mais, entenda-se, não é que um locutor tenha lido uma palavra alemã como se fora inglesa. O que impressiona é que a palavra, por azar, designa um género musical em que foi supremo um dos maiores compositores de todos os tempos. O que impressiona é que «lied» é uma palavra corrente para quem tenha uma informação mínima sobre música culta e que, pronunciando-a mal, o locutor denunciou qualquer coisa.

Não diremos que denunciou a sua impreparação. Digamos, com mais verdade que denunciou como vai a Radiodifusão Portuguesa.



SEMANARIO DA INTERSINDICAL

DIRECTOR INTERINO: Jaime Marques Machado

16 páginas - Preço 5500

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Rua Vitor Gordon - 1. 2. - LISBOA

DELEGACÃO DO NORTE:

UNIAO DOS SINDICATOS DO PORTO - Rua de Santa Catarina 922-1

Telex 380752/59 - PORTO

DISTRIBUIDORA: REGRUPAMENTO

COMPOSIÇÃO IMPRESSÃO

HESKA PORTUGUESA

Rua Elias Garcia, 25. 27 - Venda Nova - Amadora

A ECONOMIA PORTUGUESA, HOJE

Qual é, ao certo, a situação actual da economia portuguesa? Será verdade que a crise que todos sentem justifica e impõe uma política antisocialista, como quer a Direita? Ou, pelo contrário, será o decidido avanço para o Socialismo que permitirá superar os problemas actuais? Por exemplo: a dependência do estrangeiro, que é um factor típico da estrutura capitalista que é a nossa, não será um dos piores males que definem o actual panorama económico?

A estas e a outras questões responde, de um modo muito sintético, o documento intitulado «Alguns Dados Sobre a Situação Actual da Economia Portuguesa» que o Gabinete de Estudos da Inter distribuiu e que a seguir publicamos.

ALGUNS DADOS SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DA ECONOMIA PORTUGUESA

1 — A evolução recente da economia portuguesa é influenciada pelos seguintes factores:

- Desorganização, atraso e desequilíbrio do aparelho produtivo herdado do fascismo, com consequências nomeadamente na inflação e défice da balança comercial;

- Agravamento da crise geral do capitalismo e o boicote externo, com consequências nomeadamente na quebra da procura externa de emigração e na subida dos preços das importações;

- Sabotagem interna desenvolvida pelo grande patronato, com consequências nomeadamente na baixa de produção e do investimento, e no desemprego.

Após o 25 de Abril tomaram-se nomeadamente as seguintes medidas estruturais:

- Encerramento da Bolsa e o consequente fim da especulação, que atingira graves proporções;

- Nacionalização da banca, seguros, siderurgia, cimentos, petróleo, adubos, químicas de base, pasta de papel, cerejas, tabacos, electricidade, gaz e água, transportes (aéreos, marítimos e terrestres);

- Expropriação dos grandes latifúndios do Sul (que chegavam a atingir 20 000 ha) e formação de unidades colectivas de produção geridas democraticamente pelos trabalhadores — Reforma Agrária;

- Intervenção crescente do Estado na vida económica, nomeadamente na contenção de preços agrícolas e industriais, intervenção nas empresas sabotadas e fixação e actualização do salário mínimo e das pensões de reforma;

- Gestão da Previdência pelos representantes dos trabalhadores.

2 — A situação actual pode concretizar-se pelos seguintes factores:

- O défice da balança comercial bens e serviços baixou de 18,8% para 12,4% (em 74 e 75) da despesa nacional (respectivamente 57,4 e 44,3

formação bruta de capital fixo (investimento);

- Aumento de procura do consumo privado (devido aos aumentos salariais, e ao aumento da população residente);

- Quebra das remessas de emigrantes e das receitas de turismo;

- Aumento da população activa (por ter havido redução da emigração, desmobilização de militares e retornados

em 74, 19,8% e manteve-se em 1975 (considerando a construção clandestina);

- Energia — a taxa de crescimento aumentou em 74 (13,8%) e desceu 3% em 75, o que deve ter sido devido fundamentalmente ao aumento do consumo doméstico e diminuição do consumo industrial;

- Serviços — manteve a taxa de crescimento em 74 (6%) e estacionou em 75;

- Produtos Alimentares — passou de 6,6% (68/73) para 13,1% em 74 e 27% em 75, devido ao aumento de procura interna;

- Têxteis, Vestuário e Calçado — tinha aumentado 11,6% em 68/73, aumentou 5,3% em 74 e baixou 17,2% em 75 devido à quebra da procura externa;

- Papel, Tipografia e Editoriais — de 6,5% (68/73) passou a 29,3% em 74 e estacionou em 75, devido ao aumento de procura interna;

- Químicos — estagnaram em 74 (contra 10,2% do aumento de 68/73) e cresceu 5,6% em 75;

- Produtos minerais não metálicos — baixaram de 10,5% para 2,8% em 74 e 1,9% em 75;

- Metalomecânica (incluindo metalurgia de base) — tendo atingido uma taxa de crescimento de 12% em 68/73 sofreu quebras na produção em 74 e 75 (neste ano a metalurgia de base baixou de 18,2% e os restantes sectores de 12,9%), o que revela a quebra de formação bruta de capital fixo.

CONCLUSÃO: As baixas de produção são localizadas em sectores específicos o que confirma as suas causas atrás apontadas.

Quanto à despesa interna houve uma baixa da taxa de crescimento em relação ao período 68/73 (6,6%). Em 1974 foi de 3,9% e teve uma quebra de 3,5% em 75.

- Consumo privado — aumentou de ritmo em 74 e 75;

- Consumo público — cresceu a taxas elevadas em 74 e 75 (respectivamente 16,2% e 15,3% contra a taxa de 6,8% no período 68/73;

- Quanto à Formação Bruta de Capital Fixo à taxa de 13,2% em 68/73, sucede-se 2,8% no período 68/73 e 38,6% em 1975;

- Exportações — de 8,7% a taxa de crescimento em 68/73, baixaram 11,3% em 74 e 20,8% em 75;

- Importações — Em 74 manteve a taxa de crescimento do período 68/73 (9,3%) e em 1975 baixou de 24,6% devido à sobretaxa aplicada, a quebra do investimento e ao aumento de procura de bens produzidos internamente.

4 BALANÇO DE PAGAMENTO

Num país tão dependente do exterior (as importações mais exportações são superiores a metade do Produto Interno Bruto,

a análise da balança de pagamentos é importante. Em 1975 a situação agravou-se. No 1.º semestre atingiu-se o défice da balança cambial do ano anterior. No entanto o défice registado de 22 milhões de contos é ligeiramente superior ao de 74, devido à quebra de 27% em volume nas importações de mercadorias correspondentes a uma quebra de 17% em valor.

A redução das receitas de turismo foi de 40% que corresponderam à quebra de 2,6% de dormidas de estrangeiros.

As transferências privadas (principal componente são as remessas de emigrantes) cresceram muito pouco em 74 e baixaram em 75 (de 26,8 milhões de contos para 21,6) correspondentes à quebra de 20% per capita (dos emigrantes) devido à crise dos países capitalistas e às campanhas nestes feitas para impedir as remessas.

5 CONCLUSÕES

PRINCIPAIS Os três problemas mais graves da economia portuguesa são:

- Desemprego;
- Dependência externa;
- Distorcida estrutura produtiva, não adoptada às necessidades internas.

Estão criadas condições objectivas que permitirão a sua superação nomeadamente:

- Importante parte nacionalizada dos sectores essenciais;

- Aumento das áreas cultivadas, devido ao avanço da Reforma Agrária;

- Aumento, que vai continuar, da procura interna de bens e serviços.

A nível político:

- A Constituição, para além de reconhecer irreversíveis as nacionalizações e a Reforma Agrária, prevê que a economia passe a ser orientada por um Plano Económico e o Estado dispõe de importantes alavancas para que os seus objectivos sejam atingidos;

- As eleições em 75 confirmaram os resultados do ano anterior, sendo o Povo recusado a recuperação capitalista e tendo sido derrotados os partidos de direita pois foi eleita uma maioria de esquerda;

- Na grandiosa jornada unitária do 1.º de Maio, com mais de 40 manifestações em que participaram 1 milhão de trabalhadores, estes demonstraram a sua força e exigiram uma política de acordo com os seus interesses (estabilização e desenvolvimento da economia em seu benefício e não à conta da sua exploração).

Lisboa, 11 de Junho de 1976
Gabinete de Estudos da
Intersindical Nacional

